

PLANO DE GOVERNO | 2023 - 2026



**O POVO  
QUER VALMIR  
É VALMIR  
QUE O POVO  
QUER**



VICE **EMÍLIA**  
COLIGAÇÃO  
O POVO QUER

## QUEM É VALMIR DE FRANCISQUINHO ?

Nascido em 3 de dezembro de 1968, na cidade de **Itabaiana/SE** localizada a 58 km da capital sergipana. O município de Itabaiana está localizado no Agreste de Sergipe com população estimada em 100 mil habitantes conhecida nacionalmente como a Capital Nacional dos Caminhoneiros. O ex-prefeito Valmir dos Santos Costa é conhecido pelo legado do trabalho, simplicidade e disposição para aprender e conquistar novos desafios ancorados na perseverança, **nas raízes familiares**, na sua **origem humilde** e na infância marcada pelas lembranças e brincadeiras com irmãos, primos e amigos no **povoado Pé do Veado**, localizado na zona rural itabaianense.

É neste contexto histórico e no cenário social que aprendeu a **valorizar as coisas simples** da vida e as normas sociais ensinadas pelos **seus pais como honestidade, honradez**, sensatez e sensibilidade para reconhecer no outro as dificuldades apresentadas cotidianamente na **vida das pessoas mais pobres**.

Tanto isso é verdade que o prefeito eleito em um dos municípios mais importantes do estado de Sergipe faz questão de carregar no próprio nome a referência mais importante para qualquer pessoa: a família. Por isso que o filho de seu **Francisquinho dos Porcos** e de **Dona Maria** faz questão de ser chamado de **Valmir de Francisquinho**.

Ainda muito jovem demonstrando **disposição para o trabalho**, Valmir de Francisquinho começa suas atividades laborais **vendendo picolé na feira**, sendo que depois virou **carregador com carrinhos** para levar a feira dos feirantes em Itabaiana, mas jamais deixou de lado os estudos, iniciando seus estudos na Escola Maria Esteves Leite. É verdade, que a construção da sua personalidade e do conhecimento acadêmico extrapola os limites fronteiriços entre os espaços escolares e a vida cotidiana do trabalho. Também participou do movimento estudantil no Colégio Estadual Murilo Braga até alcançar o nível superior, formando-se bacharel em Direito.

No entanto, foi na **vida pública** que Valmir de Francisquinho encontrou sua grande vocação e paixão por entender que através da política ele poderia ser um instrumento para ajudar a transformar para melhor a qualidade de vida do povo. Eleito cinco vezes vereador em sua cidade natal, sempre com votações maiores a cada pleito, em 2012 ele chegou à prefeitura de Itabaiana após ser respaldado com **27.435 (53,59%)** votos dos eleitores itabaianenses. **Eleito prefeito de Itabaiana** a partir 1º de janeiro de 2013 com mandato válido até 2016.

Diante de uma administração voltada para o desenvolvimento do seu município com obras e serviços na cidade e no campo valorizando seu povo, Valmir conseguiu uma reeleição com recorde de votação em todo o Estado de Sergipe, tendo sido eleito com 35.559 votos (65,3%), obtendo diferença de 17.098 votos do seu adversário.

Em 2018, ascendendo como uma grande liderança política no Estado de Sergipe, elegeu o seu filho Talysson Barbosa Costa como deputado estadual com 42.046 votos. Em 2020, deixou o comando da Prefeitura Municipal de Itabaiana e o seu sucessor Adailton Rezende Sousa indicado e apoiado por Valmir foi vitorioso no pleito.

Hoje, desempenha a função de administrador da auto escola Itabaiana e se prepara para o pleito eleitoral de 2022 recebendo diversos convites populares para disputar os mais diversos cargos.

**"Se me perguntarem o que pretendo  
deixar como legado, não teria outra resposta  
a não ser as obras para o meu povo".**

Valmir de Francisquinho.



## MENSAGEM

A sociedade brasileira está vivendo um momento diferente em toda a história republicana, em que pese os problemas econômicos, sociais, políticos e, agora, intensificada pela pandemia do novo coronavírus. Do mesmo modo, o Estado de Sergipe, como parte integrante da federação, também apresenta problemas na área da saúde, educação, saneamento, meio ambiente, emprego, renda, moradia, lazer, infraestrutura, entre outros. Nesse contexto, o Plano de Governo **O POVO QUER**, construído de maneira democrática com a participação do povo e homologado em suas plenárias de convenções, entendeu que Valmir de Francisquinho apresenta as melhores condições para disputar o cargo majoritário para Governador do Estado de Sergipe por entenderem ser o gestor capaz de equalizar os problemas e desafios decorrentes da situação lastimável que o povo de Sergipe vem enfrentando, diariamente, com o aumento do desemprego, da baixa qualidade dos indicadores de aprendizagem da Educação Pública, da violência urbana e rural, da ineficiência dos serviços públicos, particularmente da saúde, assim como da incapacidade dos serviços de infraestrutura do Estado diante da demanda da sociedade. Por tudo isso, e diante da convergência de ideais, apresentamos o Plano de Governo pautado na eficiência, economicidade e inovação dos serviços públicos com o objetivo de melhorar a capacidade de resposta do Estado e reduzir os gastos da macroestrutura de governo como capacidade de execução transformando projetos em REALIDADE. Também é finalidade do agrupamento realizar visitas, reuniões com as lideranças políticas, instituições, Organizações Não-Governamentais, Movimentos Sociais com o objetivo de escutar, compreender e eleger prioridades para reformulação e consolidação do Plano de Governo e, conseqüentemente, garantir a gestão democrática e participativa ao longo do quadriênio da gestão do Estado de Sergipe.

Vale ressaltar que o referido plano não é finalizado em si mesmo, mas trata-se do início de uma nova era para o Estado de Sergipe em que as ações serão planejadas e coordenadas em consonância com o conhecimento técnico, científico e com base no conhecimento cotidiano do povo em prol da efetivação das demandas prioritárias apresentadas pela sociedade em seus diferentes segmentos.

Portanto, a construção do Plano de Governo **O POVO QUER**, antes de cumprir uma obrigatoriedade da legislação eleitoral, é um instrumento que materializa o compromisso assumido por Valmir de Francisquinho com o povo do Estado de Sergipe, primando os princípios democráticos, a transparência, honestidade, compromisso e o trabalho.

Valmir dos Santos Costa  
Governador

## SUMÁRIO

QUEM É VALMIR DE FRANCISQUINHO ?	02
MENSAGEM	04
1. INTRODUÇÃO	06
2. PANORAMA DO ESTADO DE SERGIPE	09
3. EIXOS DE DESENVOLVIMENTO PARA SERGIPE	12
3.1 Gente: economia solidária, cooperativismo e inclusão social	13
3.2 Saúde e Qualidade de Vida	16
3.3 Criação de Trabalho, Emprego e Renda	23
3.4 Educação e Melhoria dos Indicadores de Aprendizagem	25
3.5 Segurança Pública e Defesa da Vida	31
3.6 Planejamento e Gestão Pública	37
3.7 Sustentabilidade Ambiental e Direito ao Futuro	44
3.8 Inovação Tecnológica	49
3.9 Infraestrutura e Mobilidade	50
3.10 Observatórios Sociais e Integração de Políticas Públicas	56
3.11 Economia Criativa: cultura, esporte, turismo, lazer e economia digital	58
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62



# 1 - INTRODUÇÃO

## **1 - INTRODUÇÃO**

É evidente que, ao longo das últimas décadas, o Estado de Sergipe passa por um rápido processo de transformação nas atividades produtivas e demográficas nas áreas urbanas e rurais, assim como a necessidade de melhoria na mobilidade urbana, nas condições da saúde, educação, segurança, transporte, habitação, saneamento, cultura e lazer. Para isso, é necessário desenvolver medidas de descentralização da infraestrutura do Estado, assim como, buscar parcerias para implementar soluções criativas e inovadoras capazes de melhorar a capacidade de resposta da estrutura de Estado e, portanto, melhorar a qualidade de vida do povo sergipano.

O momento atual precisa de um governo que atue integrado em parcerias com os entes federados e instituições nas suas diferentes escalas de abrangência a fim de solucionar os problemas de ordem financeiro do Estado diante do endividamento público e suas consequências, mas que, certamente, no momento atual, ampliados em quantidade e intensidade pela herança da pandemia do novo coronavírus.

O processo de campanha com base no diálogo de ideias e propostas será desenvolvido com a participação do povo por meio das estratégias planejadas para escutar as pessoas em suas diferentes formas de expressão e ideologias. Certamente, essa participação ativa do povo criará a identidade e pertencimento na elaboração do documento que norteará o rumo do desenvolvimento do Estado de Sergipe. Ressalta-se o fato inédito em que a proposta de governo, com base no consenso político e nos princípios democráticos de maneira participativa, inclusiva e integrada aos anseios da sociedade, exigem planejamento, organização, monitoramento e avaliação dos resultados das políticas públicas.

A magia encantadora do Plano de Governo de Valmir de Francisquinho e Emília Corrêa é a relação simbiótica entre as ruas e o gabinete como estratégia para efetivação das obras e dos serviços essenciais para a melhoria da qualidade de vida do povo sergipano.

Nessa perspectiva será constituído o Comitê Permanente de Acompanhamento, Monitoramento, Avaliação e Orientação das Políticas Públicas por meio dos Observatórios Sociais. O Comitê é uma estratégia concreta de melhorar os processos de tomadas de decisão e monitorar as metas e resultados dos programas e políticas públicas com eficiência e racionalização dos investimentos dos recursos públicos.

Assim, as propostas do Plano de Governo contemplam as questões do presente, mas apresentam um olhar cuidadoso aos desafios do futuro para não comprometer o bom funcionamento da estrutura de governo e dos serviços prestados à sociedade. A proposta reflete diferentes olhares sendo organizado em eixos temáticos para facilitar a compreensão dialógica da sua propositura: Gente; Saúde e Qualidade de Vida; Criação de Trabalho, Emprego e Renda; Educação e Melhoria dos Indicadores de Aprendizagem; Segurança Pública e Defesa da Vida;

Planejamento e Gestão Pública; Sustentabilidade Ambiental e Direito ao Futuro; Inovação Tecnológica; Infraestrutura e Mobilidade; Observatórios Sociais e Integração de Políticas Públicas e Economia Criativa.

Portanto, a Coligação **O POVO QUER** entrega ao candidato a Governador do Estado de Sergipe, Valmir de Francisquinho, o documento norteador das ações de governo, estruturado a partir da participação da sociedade sergipana, com a finalidade de materializar a importância da relação governo-sociedade. O centro do plano de governo e das políticas públicas são as pessoas (GENTE), portanto, é necessário um trabalho cotidiano durante o planejamento, revisão e revisitação das ideias proposta em tempos passados para entender os desafios do presente e construir o caminho para o futuro.





## **2 - PANORAMA DO ESTADO DE SERGIPE**

O Estado de Sergipe, localizado na Região Nordeste do Brasil, tem uma população de pouco mais de dois milhões de habitantes e superfície de 21.918 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 0,26% do território brasileiro e apresenta uma densidade demográfica de 94,3 habitantes por km<sup>2</sup>, apresentando índices mais elevados no litoral e baixa densidade demográfica no interior do Estado.

De acordo com o IBGE (2010), aproximadamente 84% da população brasileira encontra-se localizada nas áreas urbanas o que nos leva a crer que o meio rural passa por um processo de esvaziamento e, no caso extremo, pela desertificação, no sentido de pouca presença da vida humana nessa área.

É composto por 75 municípios, divididos regionalmente em três Mesorregiões (Agreste Sergipano, Leste Sergipano e Sertão Sergipano) e 13 Microrregiões (Agreste de Itabaiana, Agreste de Lagarto, Aracaju, Baixo Cotinguiba, Boquim, Carira, Cotinguiba, Estância, Japarutuba, Nossa Senhora das Dores, Propriá, Sertão do São Francisco e Tobias Barreto), sendo sua capital a cidade de Aracaju.

A economia sergipana não tem conseguido manter ocupada parte importante da força de trabalho, fato que evidencia a deficiência econômica estrutural e limita a capacidade de reinserção no mercado ainda mais agravada pela baixa escolaridade do trabalhador. Nesse caso, possuir baixa instrução implica dificultar a já restrita mobilidade sócio- ocupacional e tornar o trabalhador facilmente substituível. É fato que possuir boa instrução não garante emprego.

Contudo, na medida em que avança a escolaridade, aumentam as chances de conseguir trabalho ou abrevia o tempo em situação de desocupação. Abordar as características – na verdade, as fragilidades - da educação dos trabalhadores em Sergipe é essencial em análises de mercado de trabalho.

Os indicadores apresentados, não devem deixar de ser levado em consideração para pensar em estratégias de superação do atraso histórico na formação educacional básica. Sem isso, e por mais dinâmico que venha a se tornar o mercado de trabalho sergipano, parcelas importantes da população continuarão excluídas do desenvolvimento social.

A baixa escolaridade em Sergipe é objetivamente desoladora, pois existe uma população que está fora do mercado de trabalho ou inserida precariamente. As pesquisas em Sergipe têm apontado que tanto a taxa de desocupação quanto a informalidade são relativamente

baixas entre os trabalhadores que possuem nível superior: a taxa de desocupação entre as pessoas com nível superior completo é de 5,84% em Sergipe, 9,05% na Grande Aracaju e 5,67% no Interior. Em todas as áreas, 1 de cada 4 ocupados estão no setor informal.

Entre os trabalhadores com escolaridade fundamental ou inferior, a taxa de desocupação é entre 11 e 19%, enquanto que a informalidade varia entre 93% e 65%. O mercado informal sergipano é, de fato, um grande depositário de trabalhadores com baixa escolaridade: 50,50% não concluíram o Ensino Fundamental e apenas 5,42% possuem nível superior. Na Grande Aracaju, os trabalhadores informais, com baixa escolaridade, representam 32,04%, enquanto que os de formação superior são 11,22%. Em Aracaju, 11,54% dos trabalhadores informais possuem baixa escolaridade, enquanto 6,26% finalizaram a formação superior.

A questão que se impõe com base nesses números diz respeito a:

- Como e qual tipo de emprego gerar para 165 mil desocupados, sendo que desse total mais de 49 mil não possuem sequer o Ensino Fundamental?
- Como incorporar no mercado de trabalho formal outros 501 mil trabalhadores informais, sendo que 221 não possuem o Ensino Fundamental completo?

Da mesma forma, como e qual será o tipo de emprego a ser gerado para os 12 mil desocupados com baixa escolaridade? Como incorporar na formalidade essa população com deficiências importantes em sua formação educacional??

Com base no Anuário Socioeconômico de Sergipe, agosto de 2021 - Ano 3 da Universidade Federal de Sergipe, ao analisar as condições do Produto Interno Bruto dos estados brasileiros, Sergipe com -1,79% teve a maior queda de volume do PIB entre os estados brasileiros em 2018 e 2017 e também entre 2018 e o início da década. Os melhores Estados foram Amazonas, Roraima, Mato Grosso, Santa Catarina, Rondônia e Espírito Santos. Além disto, é o único Estado a ter valores negativos de desempenho em ambos os recortes de tempo. O Estado apresentou taxas decrescentes de crescimento de 2012 a 2014 e taxas negativas nos quatro anos seguintes.

Também em termos de PIB per capita, Sergipe apresentou mau desempenho, tanto em sua performance em 2018, quanto entre 2010 e 2018. Dos seis Estados com pior desempenho que Sergipe, cinco são nordestinos, acompanhados pelo Acre.



# **3 - EIXOS DE DESENVOLVIMENTO PARA SERGIPE**

### **3.1 Gente: economia solidária, cooperativismo e inclusão social**

Iniciamos o primeiro eixo do Plano de Governo com o tema GENTE por entender que as pessoas são o CENTRO do planejamento e das políticas públicas para o Estado de Sergipe. Do mesmo modo, durante as visitas aos Municípios, no diálogo com as lideranças, no bate-papo com o povo, no planejamento do plano com a equipe de trabalho, sempre deixamos claro não comungar com as retóricas comumente identificadas nos discursos políticos e/ou nos planos de governos, a fora, em que pese as promessas de ESPERANÇA postas por candidatos ou atores políticos para tentar iludir o povo.

O Plano de Governo é um Planejamento para os próximos quatro anos da Administração Pública em Sergipe, responsável por balizar os demais instrumentos de gestão. As diretrizes deste trabalho, serão debatidas com a sociedade e, nos desafiam a fazer a diferença, de forma sábia e estruturada, focando nas principais dificuldades, que, continuamente, os últimos governantes têm dado as costas para as soluções.

Planejar, permite ao Estado estabelecer patamares de melhorias a serem alcançados e, ao contrário do que possa parecer em se tratando de setor público, não é um exercício inócuo, mas uma exigência que se impõe, pois, nos permite capturar oportunidades mais rapidamente, selecionar ativos e explorá-los de forma decisiva para assegurar o uso adequado dos nossos recursos. Afinal, o que é preciso fazer hoje para criar, e ou, aumentar a renda domiciliar dos sergipanos? Obviamente, ampliar nossos indicadores de desenvolvimento e garantir melhor qualidade de vida a todos que escolhem nossa terra como lugar para morar, prosperar e ser feliz.

Nesse contexto, é importante destacar a importância da economia solidária para um governo que pensa em mudar para melhor a qualidade de vida das pessoas, criando oportunidades e garantido a inclusão social a partir das diferentes estratégias de desenvolvimento.

O que se impõe neste momento é entender o que é economia solidária? Trata-se de uma alternativa de geração de trabalho e renda pela via do trabalho que combina os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças.

A política pública de economia solidária é um processo de conquista social. O seu crescimento e sua expansão dependem tanto dos esforços governamentais quanto da capacidade de organização política dos que fazem a economia solidária no Brasil, enquanto

parte do movimento de democratização econômica e política da sociedade brasileira.

Nesse sentido, os últimos anos foram fundamentais para a expansão das políticas públicas de economia solidária em âmbito nacional, fortalecendo um amplo movimento que envolve os esforços de organizações da sociedade civil e de governos municipais e estaduais, cuja finalidade é potencializar estratégias de geração de trabalho associado e de cooperação em atividades de produção, comercialização e consumo, articuladas a processos sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Nesse sentido, não há competição entre os sócios, caso a cooperativa precise de diretores, esses são votados diretamente, e se a cooperativa conseguir acumular capital, a divisão do lucro é igual entre todos os participantes. Por outro lado, a Economia Solidária faz parte da previsão do Projeto de Lei PLC 137/2017 pelo Senado Federal em que pese a criação da Política Nacional da Economia Solidária (PNES).

Portanto, apresentamos algumas diretrizes e ações que irão nortear o Plano de Governo para os próximos quatro anos:

- Apoiar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários com a estruturação dos processos de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários.
- Fomentar a organização em redes de cooperação de empreendimentos econômicos solidários visando o adensamento e verticalização da produção, comercialização e consumo.
- Fomentar a participação de mulheres e jovens em Empreendimentos Econômicos Solidários por meio do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo.
- Promover a formação de jovens, agricultores, artesãos e mulheres em economia solidária, contemplando as necessidades dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento, e gestores públicos.
- Articulação intersetorial com as demais políticas, com fundos públicos de financiamento dos programas, projetos e ações de fomento e linhas de crédito específicas para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.
- Criação e implementação de uma estratégia estadual de Assessoria técnica que garanta a elaboração participativa de diagnósticos, criação de planos de produção e comercialização territoriais e pesquisas de mercado, que permitam o acesso a

financiamento público para suprir as necessidades dos empreendimentos.

- Implementação de um programa de turismo solidário, envolvendo os empreendimentos solidários, utilizando o potencial turístico local e incluindo os povos e comunidades tradicionais que são referidos nas diretrizes, programa que deverá ser acompanhado de campanha permanente de prevenção à degradação ambiental, combate ao tráfico de drogas e pessoas, e à exploração sexual.
- Desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia solidária nas práticas da pesca artesanal e aquicultura, garantindo a sua efetivação com acompanhamento técnico e assessoria, infraestrutura adequada, apoio e suporte para compras, além de transporte, dispondo de financiamento público.
- Criação e estruturação de espaços fixos e permanentes: lojas, centrais, mercados públicos, feiras de comercialização solidária para a Economia Solidária em todos os Municípios, revitalizando e fortalecendo os já existentes, estimulando a criação de circuitos e de redes de comercialização solidária.
- Criação de pontos de comercialização de produtos da Economia Solidária em locais de grande circulação de pessoas, tais como praças, parques públicos e áreas de embarque e desembarque, aéreos, marítimos e rodoviários, sejam espaços públicos ou privados, por meio de parcerias entre empreendimentos da Economia Solidária e o Poder Público.
- Acesso efetivo das linhas de crédito para os empreendimentos econômicos solidários, diminuindo as burocracias do sistema bancário e financeiro-, levando em consideração as realidades de acesso dos produtores nas diversas regiões brasileiras.
- Reconhecimento e fortalecimento da cultura dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais, de agricultura familiar e de economia solidária dentro das estruturas governamentais de economia solidária.

### **3.2 Saúde e Qualidade de Vida**

Elevar a efetividade nas políticas públicas e sociais através dos princípios e diretrizes do SUS, fortalecendo e incentivando os Municípios do Estado de Sergipe a cumprir as necessidades de saúde por meio de ações integradas da Saúde, Assistência Social, Urbanização, Obras, saneamento básico e educação, grandes pilares da saúde no nosso Brasil, como exigência na garantia e direito à saúde da população sergipana, que cobra diariamente maior resolutividade na prestação dos serviços públicos.

A melhoria na qualidade da prestação dos serviços de saúde, na educação e nas políticas de assistência e inclusão social não depende apenas do montante dos recursos alocados. Tão importante quanto o volume de recursos nessas áreas, são a regularidade do seu repasse e a eficiência com que são aplicados.

Problemas de gestão em grande parte podem ser atenuados por meio da melhoria da articulação entre os órgãos envolvidos (União) e com a adoção de tecnologias adequadas que devem ser agregadas a Saúde, fundamentando a melhoria da qualidade de vida da população sergipana e de forma a propiciar ganhos consideráveis na utilização dos recursos aplicados nas políticas públicas, aumentando a quantidade, a regularidade e a qualidade e oferta dos serviços prestados, adequando a oferta as necessidades de saúde da população, onde devemos fortalecer os Municípios a construir as vulnerabilidades, vazios assistenciais e ofertas de serviços de saúde de cada Município. É necessário priorizar a alocação recursos em atividades fins que visam o atendimento dos usuários dos sistemas públicos.

Como indutor das políticas públicas na lógica de rede de atenção à saúde (RAS), se faz necessário fortalecer e concentrar esforços na Rede de Atenção Primária em Saúde, concentrando e trazendo o usuário à Rede Básica, a fim de concentrar as situações e resoluções de saúde por meio de um prontuário eletrônico, onde a história de cada usuário fomentará a garantia de acesso ao serviço especializado em saúde por meio de especialistas em centros de referência especializados, onde poderão realizar procedimentos de baixa e média complexidade, exames e produtos para a saúde, proposta de fortalecimento das políticas públicas em todas as regiões do Estado e ainda considerando a população adscrita, como ordenadora dessa rede em um sistema de saúde assentado sobre os princípios de descentralização, universalidade, equidade e integralidade, bem como, produtor de serviços complementares aos Municípios.



O Estado de Sergipe deverá inovar o SUS, por meio de uma política estadual, alicerçado na descentralização de ações e serviços e pautado em um modelo de gestão que considera imprescindível a participação popular por meio do controle social e da articulação interfederativa por intermédio dos colegiados gestores regionais e estadual.

Dessa forma, se faz necessário iniciar a gestão governamental na saúde pública, em Sergipe, com a ousadia de implementar uma solução tecnológica que estabeleça a melhoria do sistema por meio da regulação, indicadores de saúde e gestão pública.

Pensando nisso, o Estado de Sergipe deve promover ações conjuntas com outros Estados para a implantação e operacionalização de um Centro de Informações e Decisões Estratégicas em Saúde, a ser instalado na Secretaria de Estado da Saúde, visando à concentração das informações estratégicas para gestão do SUS, por compilação, compartilhamento, análise e monitoramento de indicadores de saúde.

Um dos muitos desafios do nosso futuro Governo é fortalecer a linha de cuidado do paciente oncológico, em todos os seguimentos, desde a prevenção até a atenção hospitalar. Outro grande desafio da gestão da saúde é a manutenção do trabalhador da FHS – Fundação Hospitalar de Saúde, tendo em vista as necessidades de manutenção na qualidade de assistência dos profissionais, já capacitados e integrados na rede.

- 1.** Junto à Central de Regulação Estadual e Sistema de Regulação Municipal e Regional, consolidar a fila de procedimentos cirúrgicos e exames especializados de média complexidade a ser realizado nas Regionais de Saúde e Serviços Hospitalares e ambulatoriais a fim de zerar a fila, transferindo a atual fila que se encontra no controle dos serviços e dos profissionais e passando a fila para a coordenação do sistema, com transparência e divulgação da lista, prioridades e realização dos pleitos, seguindo os critérios de gravidade e prioridade.
- 2.** Transferir a tecnologia da Oncologia do HUSE (Quimioterapia, ambulatório, Ressonância, Tomografia) além de biópsias, seguimento ambulatorial das diversas especialidades multidisciplinar para o do Hospital de Oncologia de Sergipe – HOSE, Governador Marcelo Déda Chagas (com Porta Aberta de Urgência), mantendo no HUSE apenas as sessões de Radioterapia onde se concentram dois aceleradores lineares, considerando a especificidade de construção e operacionalização do Banker, fortalecendo a prevenção e promoção das doenças oncológicas, com rastreamento dos casos suspeitos e com diagnóstico precoce.

- 3.** Fortalecer as duas UNACONS (Hospital de Cirurgia e Hospital Universitário) concentrando esforços para zerar a fila de procedimentos e alcançar as metas do Ministério da Saúde, de cirurgia oncológica, para manutenção do teto de média e alta complexidade dos procedimentos oncológicos.
- 4.** Manter apoio e habilitação do serviço de oncologia Hospital do Amor no Município de Lagarto, sendo a Região Sul referenciada para o referido Hospital após contratualização dos serviços em parceria com a Fundação e o Município de Lagarto
- 5.** Fortalecer a política estadual de educação permanente nos três níveis de atenção à saúde, tendo o trabalhador do SUS como prioridade;
- 6.** Implementar as tecnologias da Rede de Urgência e Emergência de Sergipe (Hospitais Regionais, UPA, HPP) com novas tecnologias e implementação de serviços de diagnóstico.
- 7.** Descentralização da saúde pública com o fortalecimento dos Hospitais Regionais e criação de novos hospitais. O nosso Governo pretende analisar a possibilidade de criar a "CIDADE DA SAÚDE", a fim de otimizar os serviços de consultas e exames para a população residente nos Municípios da Grande Aracaju;
- 8.** Manter o Hospital Gov João Alves Filho, como Complexo Hospitalar de Urgência com porta de entrada regulada para as urgências Traumáticas, Doenças Cardiovasculares, Neurológicas e demais patologias que necessitem de urgências de alta complexidade.
- 9.** Manter estruturas na Rede Hospitalar das Regionais de Saúde nas Urgências a fim de encaminhar pacientes ao Hospital de alto risco, e Unidades de Terapia Intensiva com diagnósticos clínicos estabelecidos e definidos.
- 10.** Fortalecer a Rede Materno Infantil, implementando, adequando e fortalecendo as maternidades Regional de custo habitual e alto risco em Sergipe, com abertura e implementação de UTIs Pediátricas e Neonatal.
- 11.** Promover a implantação da política estadual de atenção especializada (Ambulatórios de especialidades), com exames de Ressonância, Radiologia e Imagens, Tomografias a fim de ter seu diagnóstico imediato por telemedicina, com foco no fortalecimento da atenção primária;

**12.**Fortalecimento do Complexo Regulatório Estadual, com foco na transparência das listas de espera do SUS, junto à população, Órgãos de Controle e participação dos conselhos Municipal e Estadual de Saúde e Conselhos de Classe.

**13.**Fortalecimento da política de Vigilância e promoção em Saúde, com monitoração climática, monitoração e vigilância ativa de zoonoses, doenças de veiculação hídrica, vacinação, número de nascidos vivos para programação do Plano Estadual de Saúde para a gestão, tendo em vista as fragilidades e vulnerabilidades sociais e de saúde.

**14.**Promover campanhas institucionais de utilidade pública, com foco na educação em saúde, como prevenção e promoção de ações, voltadas as necessidades de saúde da população, oferecendo o necessário para manutenção e qualidade de vida.

**15.**Implantação e operacionalização do Centro de Informações e Decisões Estratégicas em saúde, com divulgação de relatórios referente a doenças de notificação compulsória e planos de ação a cada situação de crise.

**16.**Fortalecimento da Participação Popular – Conselhos de Classe, Associações, Comitês de Saúde, além de participação do Secretário da Saúde nas reuniões estratégicas de informações e cumprimento dos planos operacionais do Estado.

**17.**Avaliação das condições de saúde pela população (necessidade), por meio de estudo epidemiológico por parte das equipes de atenção primária dos Municípios de Sergipe, identificando os vazios assistenciais de cada Município.

**18.**Estabelecer as metas produtivas de saúde de cada Município e Região, identificando o fortalecimento das ações de saúde e oferecendo prêmios de qualidade aos profissionais envolvidos nos processos e projetos de saúde.

**19.**Informar as produções de saúde da Rede de Atenção nas diversas áreas e hierarquias de saúde a fim de aumentar os recursos da união na produção de saúde.

**20.**Promover as reuniões regionais com os gestores municipais a fim de estabelecer a linha de capacitação, especialização e educação permanente aos profissionais da saúde que se encontram em serviços na Rede de Atenção à Saúde (Atualmente, há uma capacitação voltada para a gestão e não para o servidor), devendo os gestores integrar e qualificar esses

servidores na formação de Núcleos Regionais de Educação Permanente.

**21.** Proporcionar a habilitação dos Hospitais Públicos, Filantrópicos e/ou Contratualizados na habilitação para realização de transplante de órgãos no Estado.

**22.** Redesenhar o Samu 192 Sergipe, com instituição de novas tecnologias em saúde e fortalecimento da regionalização no contexto do Componente Pré-Hospitalar Móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências.

**23.** Implantação de painéis eletrônicos de monitoramento e avaliação de indicadores de saúde, na sala de regulação, complexo regulatório e NIR – Núcleo Interno de Regulação dos Hospitais Regionais.

**24.** Fortalecer e proporcionar estudos para contratualização de serviços na Rede Filantrópica de Hospitais em Sergipe, consolidando assim a Rede Especializada de Retaguarda de Serviços nos Hospitais Filantrópicos, revendo a qualidade dos serviços e estatísticas de atendimentos.

**25.** Implantação da política de Economia da Saúde no Estado de Sergipe, como responsável pelo uso racional e eficiente dos recursos do SUS.

**26.** Estabelecer e construir um Plano de Resposta as Emergências em Saúde Pública (Plano de Contingência) Estadual e Regional em Parceria com Órgãos de Estado (COBOM, Defesa Civil, Infraero, SMTT, COSEMS, Conselhos de Classe, Polícia Militar, Rodoviária Federal, MPE, Núcleo de Ministério da Saúde em Sergipe, CPRV, Guarda Municipal, Detran, UFS, Universidade Particular, Hospitais Filantrópicos, Petrobras, UNIGEL, Rede Particular) a fim de conformação e elaboração de um plano de Respostas a Múltiplas Vítimas, Desastres, Desassistência, Epidemias, Pandemias, Eventos de Massa, Enchentes) entre outras situações de calamidade pública e/ou instabilidade da Rede de Saúde local, Regional e/ou Estadual.

**27.** Fortalecimento nas ações de promoção, prevenção da saúde por meio de palestras na Rede Básica com ações voltadas à saúde do idoso, da criança, do jovem, concentrando assistência integral aos pacientes.

**28.** Instituir e criar com eficiência e compromisso a Rede de Saúde mental do Estado que, atualmente, vem se tornando um dos maiores problemas de saúde Pública do Brasil e

especificamente de Sergipe, com capacitação profissional, promoção de especialistas por meio de Universidades e Hospitais de Excelência do Ministério da Saúde, sendo projeto pioneiro e prioritário no Estado.

**29.** Identificar as doenças silenciosas que afetam a situação dos idosos e adolescentes (Depressão pós-pandemia) necessidade de reabilitação psicossocial e técnicas de fisioterapia de acordo com a necessidade humana.

**30.** Instituir novas tecnologias nas Clínicas de Saúde da Família (24 horas) e UBS com diagnósticos de doenças cardíacas por meio de telemedicina.

**31.** Ampliação da cobertura assistencial de fisioterapia e terapia ocupacional à população usuária do Sistema Único de Saúde;

**32.** Inserção da fisioterapia e terapia ocupacional nas equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF)-Nasf; 3. Assento do Crefito 17 no Conselho Estadual de Saúde;

**33.** Inclusão do(a) profissional de fisioterapia nas equipes de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), de forma a garantir o adequado suporte ventilatório do(a) paciente, bem como nas equipes de emergência hospitalares;

**34.** Serviços de fisioterapia e terapia ocupacional como característicos de primeiro acesso; Aprovação de projeto de lei que estabeleça piso salarial para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais;

**35.** Inserção do Fisioterapeuta na Saúde da Mulher nas Maternidades;

**36.** Organização da regulação dos pacientes em serviços de reabilitação da rede estadual;

**37.** Ampliar a participação do terapeuta ocupacional na Rede de Atenção Psicossocial (Raps) do Sistema Único de Saúde (SUS);

**38.** Inserção do terapeuta ocupacional no Sistema Único de Assistência Social (Suas);

**39.** Implementação do Programa de Atenção Domiciliar com inserção de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais;

**40.**Inserção do Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional no Programa de Saúde na Escola e no contexto educacional;

**41.**Inserção do terapeuta ocupacional no Sistema Prisional;

**42**Inserção do Fisioterapeuta na Saúde da Mulher nas Maternidades;

**43.**Garantir cumprimento da RDC 07 ofertando serviços de fisioterapia e terapia ocupacional na rede hospitalar com 24horas de assistência

### 3.3 Criação de Trabalho, Emprego e Renda

Por se tratar de um tema que desperta e exige um olhar cuidadoso para todo governante, além de despertar singular expectativa para a sociedade, é que as equipes que elaboram os planos/programas de governo fazem menção à CRIAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA, sem qualquer cunho realista, mas visando tão somente o aspecto político e criam formatos que enchem os olhos de esperança dos desempregados, principalmente dos jovens que estão em busca do primeiro emprego. Será com muita determinação e espírito público que enfrentaremos o fantasma do desemprego em Sergipe, a partir de janeiro de 2023.

E como tenho dito reiteradas vezes, “todo aquele micro, pequeno empresário ou simplesmente empreendedor que produza e gere emprego, terá o apoio do governo do estado de Sergipe”. Para o nosso Governo, CRIAR TRABALHO, EMPREGO E GERAR RENDA, NÃO SIGNIFICAM APENAS UM GRANDE DESEJO, MAS UMA QUESTÃO DE HONRA.

Mas, afinal, como vamos criar trabalho, emprego e renda?

Cada município tem suas peculiaridades, logo, é preciso de início, **DIAGNOSTICAR as potencialidades e riquezas**, mas também, as necessidades profissionais e de serviços de cada localidade. A parceria com os executivos municipais será de suma importância.

- Então, com o diagnóstico por Município, o Governo deverá entrar com incentivos técnicos (servidores preparados) e financeiros por meio do Banco do Estado de Sergipe. A partir daí, deve-se ampliar os serviços, melhorar a capacitação de guias turísticos, agentes de viagens bem orientados para alcançar novos visitantes, além de divulgar lá fora e criar feiras para atrair empresários e compradores para os produtos e serviços que dispomos.
- Os micros e pequenos empresários precisam e merecem ser tratados como parceiros do Governo do Estado, pois **são os principais agentes Criadores de Emprego e Renda**. Com empréstimos via BANESE para a compra de mais equipamentos e máquinas, REDUÇÃO do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) nos combustíveis, nos produtos da Cesta básica, etc. **Sergipe cobra um dos ICMS mais caros do Brasil!**
- Facilitar a criação de novas Indústrias no Estado, por meio de IMPOSTOS mais atrativos.

O modelo de cobrança de impostos adotado em Sergipe, nos últimos anos, inibe, dificulta e desestimula a abertura de novas indústrias. Mas, não basta apenas reduzir a alíquota do ICMS. Além dos incentivos fiscais, concedidos pelo governo, outros fatores são aliados como: localização, clima, patrimônios ambientais e hídricos, o potencial logístico para atrair mais investimentos e, conseqüentemente, riqueza e geração de renda para a região, com um trabalho inteligente de infraestrutura.

- A infraestrutura é algo essencial para que a economia de um Estado se desenvolva da melhor forma possível. Dos 26 Estados e o Distrito Federal, Sergipe ocupa a 20ª pior colocação em Investimentos. **O Estado que não investe, não produz emprego, nem gera renda para o seu povo.** Essa situação será tratada com o cuidado que todo bom gestor deve ter.
- A abertura de novas empresas sofreu um grande avanço no Brasil com a criação do **BALCÃO ÚNICO** do Governo Federal, que por meio do Ministério da Economia e Gestão, promoveu a total DESBUROCRATIZAÇÃO no Sistema, facilitando e tornando mais ágil o tempo para se abrir uma Empresa. Lançado em janeiro de 2021, alguns Estados como: Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, saíram na frente e implantaram junto às respectivas Juntas Comerciais o mencionado Sistema, reduzindo para até 78 horas a abertura e aquisição do Alvará de funcionamento. Para não variar na letargia, e o típico estado de sono profundo, Sergipe resolveu entrar com pedido de implantação do Sistema na Jucese, só em janeiro deste ano de 2022.
- Os segmentos mais rentáveis do agronegócio são: produção de grãos, cafeicultura, fruticultura, pecuária de corte, pecuária leiteira, laticínios, produção de álcool/açúcar, etc. Incentivar a agricultura familiar e de produção, significa abraçar o homem e a mulher do campo, levando até eles as sementes, implementos agrícolas, orientação técnica por meio dos órgãos competentes do Estado, além de encaminhar junto ao Banese empréstimos, visando aquisição de máquinas que viabilizem o plantio em grandes áreas. Certamente um NOVO GOVERNO, que nasce sem as amarras tóxicas dos compromissos políticos antirrepublicanos, porém, fundamentado na vontade popular por MUDANÇAS, elevará Sergipe ao patamar de ESTADO PROMISSOR EM OPORTUNIDADES de Trabalho, Emprego e Renda.
- Finalizo, deixando como sentimento que carrego em sinal de total reconhecimento a este povo humilde e trabalhador: “conheço bem a luta do homem e da mulher do campo. São eles que, chova ou faça sol, estão na linha de frente, produzindo os alimentos que chegam às nossas mesas. Reconhecimento, gratidão e apoio a esses guerreiros e guerreiras do campo, não faltarão em nosso governo”.



### **3.4 Educação e Melhoria dos Indicadores de Aprendizagem**

O Plano de Governo constitui-se muito mais que um marco legal para legislação eleitoral, mas também uma estratégia de planejamento, gestão, avaliação e execução da política pública de educação estado de Sergipe com base nos princípios que regem o serviço público e seus valores democráticos, inclusivos e transparentes, previstos na Constituição Federal de 1988, e no direito à educação estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Por outro lado, também busca-se atender às metas do Plano Nacional de Educação norteadoras das ações da educação nos entes federados e das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Portanto, o planejamento da educação pública para os próximos quatro anos, estrategicamente é importante para melhoria da qualidade da gestão e para qualidade dos indicadores de aprendizagem, sem esquecer a necessidade de investir em infraestrutura e capacitação, mas garantido o direito de aprender de todas crianças, adolescentes e jovens do Estado de Sergipe, numa perspectiva da educação com gestão inovadora, transparente, inclusiva e democrática.

A partir do cenário quantitativo e qualitativo da educação pública identificado no banco de dados das instituições oficiais no Brasil somando-se as contribuições de pesquisadores, gestores educacionais e professores, apresentamos neste Plano de Governo propostas concretas e exequíveis capazes de transformar a gestão educacional no Estado de Sergipe e melhorar os indicadores de aprendizagem.

#### **3.4.1 Política de Atendimento aos Alunos**

A Política de Atendimento aos Alunos da Rede Pública do Estado de Sergipe, é resultado de ações estratégicas com base no acolhimento, apoio pedagógico, Atendimento Educacional Especializado, estímulo à permanência na Rede Pública até a conclusão do ensino básico. Soma-se às ações de apoio ao aluno o Programa de Assistência Estudantil com objetivo de oferecer auxílios a estudantes em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a permanência na instituição, o que pode resultar na prevenção à evasão por razões de ordem socioeconômicas.

Estão previstos no Programa de Assistência Estudantil os auxílios:

- a)** Auxílio Creche – Auxílio destinado a estudante com filhos com idade entre três meses e um ano incompleto e que detenham a guarda deles. A seleção é feita mediante avaliação socioeconômica. O estudante é incluído no programa de acordo com a disponibilidade de vagas e disponibilidade orçamentária.
- b)** Auxílio Esporte e Auxílio Cultura – Destinado ao estudante com aptidão para a prática esportiva e cultural com habilidade avaliada por uma Comissão formada especialmente com essa finalidade, segundo a especificidade de sua escolha, e participar de ensaios e apresentações locais, regionais e nacionais.
- c)** Auxílio monitoria – concedida ao estudante selecionado para desenvolver a cooperação aluno/aluno em atividades escolares, podendo oferecer apoio didático a colegas em uma disciplina.
- d)** Auxílio Viagem – concedido aos alunos para participarem de eventos pedagógicos ou esportivos/culturais dentro ou fora do Estado de Sergipe.
- e)** Criar o Programa Bolsa Universitário: todos os estudantes de baixa renda da escola pública que conseguirem 560 pontos no Enem e entrarem numa universidade, vão receber a bolsa durante 6 meses. O Bolsa Universitário vai ser pago a partir do primeiro dia de aula.

### **3.4.2 Centro de Formação de Professores do Estado de Sergipe**

O Centro de Formação de Professores do Estado de Sergipe (CFPSE) proporcionará o desenvolvimento de várias ações de ensino-aprendizagem, inclusive de pesquisa, capacitação continuada de professores da rede pública de ensino básico, ciclo de palestras, grupos de estudos, exposição de trabalhos, oficinas, seminários, simpósio, conferências, ciclo de palestras, artes visuais, dança, literatura, música, teatro, mostra estudantil de artes, elaboração de projetos de intervenção municipal e caderno ou revista do professor para divulgação dos trabalhos e atividades desenvolvidas pelo referido centro de formação.

Assim, o CFPSE possibilitará por meio do conjunto de atividades proporcionar a formação continuada dos professores da rede pública do ensino básico ao tempo em que possibilita ampliar a troca de experiências e discussões teórico-práticas para atender as especificidades locais, contribuindo para melhorar os indicadores educacionais e sociais de

cada região do Estado de Sergipe.

Portanto, o CFPSE funcionará como observatório social e pedagógico com o objetivo de analisar e refletir os desafios e perspectivas da educação em Sergipe de maneira propositiva com a finalidade de contribuir com o fortalecimento das políticas educacionais e sociais no âmbito estadual regional e municipal.

### **3.4.3 Como inovar e transformar a educação em Sergipe?**

Educação básica universal de qualidade é o fundamento na construção de uma sociedade mais justa e social e economicamente mais desenvolvida. É, pois, o pilar essencial na edificação de uma sociedade do conhecimento. Para exercer o papel de elemento supressor da desigualdade social, da desigualdade hereditária estabelecida pelas condições de nascimento, é preciso que a educação pública, provida pelo Estado, seja de qualidade semelhante àquela fornecida pelo setor privado.

O Ideb é medido a cada dois anos e apresentado numa escala que vai de zero a dez. A meta é alcançar o índice 6. Este é o resultado obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), quando se aplica a metodologia do Ideb a suas avaliações educacionais (6,0 foi a nota obtida pelos países que ficam entre os 20 mais bem colocados no mundo). Portanto, segue as seguintes propostas:

- Assegurar a construção de uma nova gestão organizacional da educação pública para as nossas crianças e os nossos jovens, com professores valorizados e bem formados, com gestores profissionais e preparados para trabalhar em prol de uma gestão por resultados, na perspectiva de alcançar as metas educativas das políticas públicas e da própria sociedade organizada.
- Levar progressivamente a Escola de Tempo Integral e Profissionalizante para toda a rede estadual;
- Fortalecer o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic) em todas as regiões do Estado;
- Criar cursos de formação profissional nos municípios;
- Criar Centros de Línguas Estrangeiras em todo o Estado, para que os estudantes da escola pública possam aprofundar seus conhecimentos em outros idiomas, como inglês e espanhol;

- Garantir a valorização e a qualificação permanente dos professores da rede estadual.
- Colaborar com os municípios para elaboração e adequação dos Planos Municipais aos Planos Estadual e Nacional de Educação;
- Melhorar e ampliar o serviço de transporte escolar, avançando no gerenciamento dos projetos e programas relacionados ao financiamento, renovação da frota e aquisição de ônibus escolares;
- Desenvolver políticas de incentivos aos estudantes do Ensino Médio, inclusive na modalidade EJA e profissional com foco na redução do abandono e evasão escolar, garantindo a conclusão do ciclo da educação básica;
- Fortalecer as ações do projeto Pré-Vestibular com o objetivo de elevar o desempenho acadêmico e incentivar a participação dos estudantes do Ensino Médio no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), possibilitando o acesso ao ensino superior;
- Expansão e aperfeiçoamento da infraestrutura e rede de internet nas unidades escolares com o objetivo de implementar tecnologias educacionais voltadas para a ampliação do conhecimento, vinculado à formação continuada dos professores nas tecnologias digitais;
- Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) visando promover o acesso dos professores e gestores escolares a cursos de aperfeiçoamento, de extensão e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), em serviço;
- Implantar a Lei Prêmio Pacto pela Educação para profissionais da escola, considerando o desempenho acadêmico dos alunos, tendo por referência os resultados na aprendizagem na unidade de ensino e no Exame Nacional de Ensino Médio, e também, os professores que se destacarem nos projetos e programas.
- Articular com a Secretaria da Saúde o aperfeiçoamento da oferta de psicologia, fonoaudiologia, psiquiatria e outros para melhor assistência à saúde física, mental e emocional do professor e demais profissionais em todas as regiões.
- Realização de Concurso Público do Quadro Técnico Administrativo da Educação;

- Apoiar à expansão do Atendimento Educacional Especializado ao aluno público- alvo da Educação Especial, focando principalmente no acesso à educação de qualidade, Escola Acessível, salas de recursos multifuncionais, Benefício de Prestação Continuada - BPC na escola, e Transporte Escolar Acessível;
- Desenvolvimento de estratégias para implementar e efetivar o Plano Estadual da Primeira Infância;
- Desenvolvimento de estratégias para implementar e fortalecer o Plano Decenal e a Política Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil, do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, além de outras políticas impreteríveis como a voltada às crianças em situação de rua, etc.;
- Apoiar técnico-operativamente os Municípios no suporte aos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes;
- Estimular os municípios a implantar creches em tempo integral;
- Fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar- Pnae, criando estratégias que viabilizem a aquisição de, pelo menos 30% da Agricultura Familiar conforme Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.
- Dialogar com os Municípios para ampliar o número de creches e pré-escolas, permitindo às mães tempo livre para o trabalho;
- Introduzir sistemas de avaliação de qualidade de estabelecimentos e professores, premiando o mérito e a replicação das experiências bem-sucedidas de gestão escolar;
- Qualificar o processo de escolha dos gestores escolares a partir de um programa de certificação;
- Criar o Programa de Intercâmbio Internacional do Ensino Médio da rede pública;
- Criar um mecanismo de avaliação institucional, que garanta intervenções eficazes e eficientes na perspectiva da excelência do ensino-aprendizagem;

- Implementar no sistema educacional do estado de Sergipe o acesso livre e gratuito às tecnológicas da informação e comunicação;
- Consolidar no Município a política de apoio estudantil, tendo como referências as demandas dos estudantes do ensino médio e superior;
- Reformar, ampliar, modernizar e garantir uma política de funcionamento, acesso e valorização da biblioteca pública;
- 
- Criar bibliotecas digitais acessíveis a todos os alunos e professores;
- Estimular, com o uso de recursos públicos, a formação de continuada de professores e técnicos por meio de cursos em educação a distância, que ampliem as possibilidades de educação profissional;
- Estabelecer parcerias com universidades para contribuir com a formação e capacitação dos profissionais da educação que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais;
- Realizar concursos público tradutor e intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) com o objetivo de atender todos os alunos com deficiência matriculados na Rede Pública de Ensino;
- Trabalhar integrado com os municípios para elaboração e adequação dos Planos Municipais aos Planos Estadual e Nacional de Educação;
- Modernizar os processos administrativos e pedagógicos utilizando programas de acompanhamento e monitoramento do planejamento escolar e parceria com os professores, alunos, pais, Conselho de Classe, Conselho Tutelar e Ministério Público;

### 3.5 Segurança Pública e Defesa da Vida

O mais recente Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado no ano passado, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma das entidades nacionais mais respeitadas no assunto, confirma o fracasso das políticas públicas na área da segurança, tomando, especialmente, como base, o mais importante indicador, que são os índices de Mortes Violentas Intencionais (MVI), que reúne os homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte.

O estudo coloca Sergipe como o 3º Estado mais violento do país, com uma taxa de 42,6 MVIs/100.000 habitantes, apenas um pouco atrás de Ceará e Bahia que ocupam as duas primeiras colocações. Faz-se mister registrar que a média nacional é de 23,6 e a do Estado de São Paulo, por exemplo, é de 9,0. Além dessa constrangedora posição no ranking entre Estados, Sergipe tem um dos dez municípios com mais de 100.000 habitantes mais violentos do país. Nossa Senhora do Socorro integra esse top 10 negativo com taxa de 68,4 de mortes violentas intencionais.

É necessário dizer que o anuário mais recente não traz um ponto fora da curva, mas confirma uma tendência de violência fora do controle no Estado de Sergipe na última década (vide os anuários dos anos anteriores), denotando que o grupo que comanda o Estado, nesse período, não soube lidar com a violência, a criminalidade e a falta de uma segurança pública de qualidade.

Feita essa breve preliminar, é imperioso identificar os erros de gestão e apontar as soluções. É o que faremos daqui por diante.

Segurança pública não é uma questão somente de Polícia. Sabe-se que vários são os fatores e as causas que favorecem o aumento da violência e da criminalidade. E, muitas vezes, isso passa por falhas em outros segmentos, como a assistência social, a educação, o esporte, a cultura, a saúde, entre outros. No entanto, o titular da pasta da segurança pública não tem ingerência sobre as outras respectivas secretarias. Por isso mesmo, é preciso se criar um comitê de governança da segurança pública com a participação de todos esses atores e do próprio governador do Estado. Nesse comitê, as discussões seriam multidisciplinares e as deliberações teriam sempre a subscrição do chefe do Executivo, o que vincularia todos os demais.

Observar e copiar as boas experiências é sinal de profissionalismo e competência.

Deve haver um intercâmbio para conhecimento de políticas públicas e programas que deram certo em outros Estados. O estafe da segurança pública tem que ir a campo, viajar, dialogar, conhecer e reproduzir em nosso Estado o que deu e vem dando certo nas outras unidades federadas. Sergipe não pode se dar ao luxo de achar que sabe tudo, mormente quando os resultados são tão desanimadores.

Um problema patente aqui em Sergipe é o baixo efetivo. Apesar de alguns concursos, o governo não conseguiu sequer recompor os quadros diante das aposentadorias, mortes e pedidos de exoneração dos servidores da segurança pública. Ou seja, atualmente, existem diversos cargos vagos e ainda há de se considerar que o quantitativo fixado, legalmente, data da década de 1990, portanto, já incompatível com a realidade atual. Urge que as vagas em aberto sejam preenchidas, que se envie um projeto de lei à Assembleia Legislativa propondo a ampliação dos quadros e que haja uma regularidade na convocação de novos policiais, preferencialmente, com realização de concursos, anualmente, não permitindo uma deterioração do contingente policial para somente depois disso tomar providências. Outro diagnóstico empírico é a inadequação das estruturas físicas dos prédios da segurança pública. Não se vê um padrão definido, algumas unidades da Polícia Civil e da Polícia Militar chegam a funcionar em casas alugadas, desprovidas de quaisquer condições para o funcionamento de um órgão da segurança pública. Os prédios próprios carecem de manutenção. No Interior do Estado, a situação é pior e não existe na maior parte dos Municípios sequer um serviço de limpeza contratado pelo Estado. É preciso construir novos prédios, respeitando-se padrões mínimos de compatibilidade com os serviços, ampliar e reformar prédios antigos e ofertar manutenção constante. Deflagrar licitação para contrato de limpeza ordinária desses prédios também é uma medida que se impõe.

A integração entre as forças policiais tão propalada é meramente teórica. A verdade é que as polícias não conversam entre si. A integração se resume à alocação da Polícia Civil e da Polícia Militar num mesmo prédio, denominado Cisp (Centro Integrado de Segurança Pública), em alguns lugares. Há de se promover uma integração real e efetiva, onde, desde os comandantes mais altos, até os Delegados de Polícias e Oficiais Militares das menores cidades dialoguem de forma permanente, diagnosticando os problemas e planejando ações para prevenir e reprimir o crime, cada um de acordo com as suas atribuições.

Um fato a se lamentar é o completo abandono da política de policiamento comunitário. Até um certo tempo atrás, via-se postos policiais nos bairros das cidades e nos povoados. Esses postos eram referenciais de segurança para as comunidades, interferindo diretamente na redução dos crimes na localidade, diante da presença policial, e diminuindo o tempo de



resposta quando o crime acontecia. É fundamental a retomada dessa política que passa, necessariamente, pelo aumento substancial do efetivo, conforme já explicado alhures.

O que não se observa também é a fiscalização constante das divisas territoriais. Fruto também da deterioração do efetivo, vários postos da CPRV foram desativados ao longo do tempo. É preciso reativar esses postos e abrir outros. Necessário também é se manter uma rotina de operações nas fronteiras. O controle de acesso de veículos e de pessoas em nosso território é medida que impactará positivamente na redução dos delitos.

Acerca das Mortes Violentas Intencionais (MVI) citadas no preâmbulo e motivo de vergonha para o nosso Estado, ocupante desse triste pódio, há de se agir em duas frentes: preventiva e repressiva. Na parte preventiva, se buscaria identificar as principais causas desses delitos de maior gravidade e, por meio de uma força-tarefa multidisciplinar, combatê-las. O engajamento do Poder Público e da sociedade, de forma mais ampla, envolveria a Assistência Social, a Saúde, a Educação, a Cultura, entre outras áreas do governo. Na parte repressiva, a responsabilização dos culpados deve ser uma prioridade. A punição do autor de um assassinato gera não só a justiça penal para ele, como também um desestímulo a quem pense em agir de modo igual, e ainda repercute na preservação de outras vidas, diminuindo as reincidências com a retirada do infrator de circulação. Em Sergipe, existem duas realidades completamente diferentes de repressão ao crime de homicídio, enquanto na capital há uma unidade específica para cuidar desses casos e equipes investigativas de pronto emprego a todo o tempo (o DHPP), no Interior do Estado o homicídio é tratado como um crime qualquer. A ausência de equipes de local de crime e o consequente retardamento do início das investigações resultam em um sensível aumento dos insucessos dos Inquéritos Policiais e, portanto, da impunidade. É possível e é premente que sejam formadas equipes de local de crime em todas as regionais do Estado e que atendam a sede e as cidades circunscritas.

O elevado e crescente índice de feminicídio em Sergipe também preocupa.

O Departamento de Atendimento aos Grupos Vulneráveis – DAGV já é conhecido pela excelência do trabalho desenvolvido na capital sergipana, mas a sua atuação é restrita a Grande Aracaju. É preciso estruturar e fortalecer as DEAMs (Delegacias de Atendimento à Mulher) já existentes e criar novas especializadas no atendimento à mulher vítima que reside no Interior do Estado, tratando essas vítimas isonomicamente em relação ao atendimento prestado na Capital.

Uma lacuna importante também percebida na segurança pública é da comunicação. Primeiro, o sistema de rádio não recebeu a atenção devida nos últimos tempos, de modo que hoje não se tem uma cobertura de 100% do território para uma comunicação crítica. É preciso investir na infraestrutura, instalando novas antenas e adquirir rádios-comunicadores fixos, também para as viaturas e portáteis (HT) em número suficiente para que todo policial de serviço tenha essa opção de comunicação. Continuando a falar de comunicação, não se tem aqui, como já se tem em outros Estados, um aplicativo de comunicação criptografada, multiplataforma e auditável, que além de outras funcionalidades, venha auxiliar o trabalho dos operadores da Segurança Pública nos quesitos comunicação interna, entre as forças policiais, entre policiais e a sociedade (com vínculo ao API do WhatsApp) e consultas de pessoas, veículos e outros. Um novo Governo deverá inovar com tecnologias viáveis, com comunicação escrita, falada ou filmada em tempo real, em ambiente criptografado, seguro e auditável. Quando for classificada como urgência/emergência, indicará o local exato da transmissão da mensagem, bem como, oferecerá automaticamente a opção de compartilhamento da localização em tempo real pelo período a ser definido pelo usuário. Com vínculo às bases de dados do Instituto de Identificação da Polícia Civil, do Detran, da Polícia Militar e de outros órgãos públicos, autarquias, empresas controladas pelo Estado, Tribunal de Justiça de Sergipe, concessionárias de serviços públicos (água e energia elétrica) e outros, o sistema retornará dados de pessoas e de veículos indispensáveis ao processo de investigação de interesse da Polícia Civil e da Polícia Ostensiva, sendo configurável de acordo com o perfil de cada usuário no quesito consultas. Não há mais como se falar em redução de índices de criminalidade sem o uso de equipamentos de tecnologia a favor da segurança pública e sem envolver todos os Municípios do Estado nesse processo. A utilização de software avançado que permite o reconhecimento de pessoas com mandado de prisão em aberto e localização de veículos roubados que transitam nas vias públicas, é uma ferramenta que auxilia tanto o policiamento investigativo, quanto o preventivo, otimizando os trabalhos, além de ser uma tendência mundial avançar nesse processo. Para isso ser possível, é preciso adquirir e instalar um sistema inteligente de videomonitoramento com cobertura em todo o Estado, podendo-se, para tanto, celebrar convênios com os Municípios.

Entrando à seara da Perícia, lembramos que todas as unidades vinculadas à Cogerp, que auxiliam nas investigações criminais, estão sediadas na capital. Todas as Delegacias de Polícia e todos os juízos de direito que têm de demandar os préstimos a esses órgãos técnicos acabam sofrendo prejuízo temporal e logístico. É sabido que a prova material e técnica é a que tem mais substância e confiabilidade e a sua inviabilização pode ocasionar a absolvição de um culpado. Posto isso, há de se descentralizar os serviços periciais, com a

instalação de unidades regionais do Instituto de Criminalística, do Instituto de Identificação e do Instituto Médico-Legal, restando as unidades da capital como responsáveis por aqueles exames periciais mais complexos que não puderem ser realizados no Interior. A descentralização das unidades, além de proporcionar maior eficiência à repressão criminal e devido respeito às vítimas e seus familiares, demandará alteração legislativa para remunerar os servidores de carreira da Cogerp mediante subsídio, incorporando a Gratificação por Atividade Pericial Agregada (Gapa). Tal mudança legislativa, além de não produzir impacto financeiro, é necessária, pois, do contrário, a descentralização da Perícia ocasionará prejuízo aos servidores que aí laboram (respeito ao Princípio da Irredutibilidade Vencimentos).

A criação de uma Central de Flagrantes dotada de estrutura completa e pessoal próprio para funcionamento ininterrupto e de uma Central de Mandados voltadas para a capital e a região metropolitana também contribuiria para uma melhoria significativa da eficiência da Polícia Civil. Sabe-se que cada delegacia de Polícia tem que dispor de, no mínimo, uma equipe com três servidores e uma viatura para realizar intimações, o que aumenta o custo e torna ineficiente a prestação do serviço policial. Na Central de Mandados, com um coordenador e três equipes de cumprimento de mandados, com três policiais cada uma, haveria uma drástica redução do número de policiais envolvidos nesse tipo de operação, liberando as equipes da área para focar nas investigações.

Sobre o Grupamento Tático Aéreo (GTA), é preciso construir uma base própria, podendo ser no terreno que foi cedido pela Administração do Aeroporto. Há de se substituir a atual aeronave de asa fixa (avião), permitindo o atendimento com maior eficiência e menor custo nos diversos fins ligados à segurança pública, no transporte de autoridades, de órgãos humanos, de medicamentos, etc. Adquirir uma nova aeronave de asa rotativa (helicóptero) no padrão multimissão ou aeromédico (Samu/Bombeiro) também deve ser uma prioridade. Construir áreas de pousos de 17m<sup>2</sup> nas proximidades de unidades policiais e hospitalares e promover cursos preparatórios para pilotos e tripulantes dirigidos a profissionais da segurança pública e da saúde (Samu) também são medidas a serem adotadas.

Outro problema que se observa na segurança pública do Estado é a ausência de uma formação continuada. Não há na SSP um cronograma de cursos obrigatórios para áreas de estudo consideradas de extrema relevância para a atividade policial, a exemplo de cursos de atualização legislativa, técnicas investigativas e operacionais, atividade física, tiro dinâmico, defesa e sobrevivência pessoal. É necessário que a SSP estabeleça um

cronograma anual básico para realização desses cursos obrigatórios, permitindo o conhecimento prévio dos servidores.

A ausência de autonomia financeira e administrativa da Polícia Civil burocratiza os serviços e sobrecarrega a Secretaria da Segurança Pública. Propõe-se conceder essa autonomia. Assim, a Polícia Civil agilizará as providências administrativas que fossem necessárias e a Secretaria da Segurança Pública se desincumbiria desse ônus, concentrando as atenções nas questões macros. É bom lembrar que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar já detêm essa autonomia.

Por último, mas não menos importante que qualquer medida já citada, é preciso recompor as perdas salariais dos servidores e regulamentar o adicional de periculosidade para os policiais e bombeiros sergipanos, ativos e inativos. Ao longo da última década, os policiais viram os salários serem corroídos pela inflação, sem que os governos recompusessem essas perdas. É preciso resgatar integralmente o poder de compra que foi debilitado, ao longo do próximo mandato, com planejamento e execução responsáveis, sem sacrificar as finanças públicas. Ademais, o adicional de periculosidade é um pleito justo e que conta com o apoio da sociedade. Diante disso, será regulamentado o pagamento, observando-se a capacidade econômica do Estado e a justiça do pleito.

### 3.6 Planejamento e Gestão Pública

No Planejamento Estratégico para o Plano de Governo, muitas vozes da sociedade, foram ouvidas desde pessoas mais simples do povo, a conceituados técnicos e gestores que estão engajados nesse trabalho, nos auxiliando a identificar as estratégias que irão nos orientar para o alcance de excelentes resultados na Saúde, Segurança, Educação, Infraestrutura, Assistência Social, Economia e Finanças, Agronegócios, Juventude, Esportes e Lazer, Turismo, relação com os Servidores, Cidadania, Emprego, Trabalho e Renda, Política das Mulheres, Industrialização, enfim, nas políticas públicas de forma geral, aqui inseridas, a fim de nortear o **Planejamento e a Gestão Pública** do futuro Governo de Sergipe.

O momento em que vivemos aponta e exige foco na realidade. Nosso compromisso busca, com muito respeito e compromisso, respostas aos aportes dos contribuintes, a fim de criar bases para uma sociedade mais estabilizada e segura, com empenho para grandes legados que farão a grande diferença entre o Sergipe em que vivemos e o Sergipe que queremos e merecemos.

A partir das prioridades agora identificadas, incluímos os anseios possíveis no planejamento orçamentário, já em 2023 para conceder atenção especial a esse trajeto moldado por políticas públicas baseadas em evidências; de respeito ao nosso passado e às nossas mais intrínsecas características e, principalmente, que respeitem e valorizem as vocações dos sergipanos.

O Modelo de Planejamento da Gestão Pública pensado para o nosso Governo de Mudanças, coincide com os sentimentos e valores que os diversos segmentos da sociedade almejam, pois vai na direção dos anseios da maioria dos cidadãos na busca do que realmente possa **fazer a diferença na vida social, humana e econômica da sociedade sergipana**. Nossas ações primarão por contemplar a todos, sem discriminação, preconceitos ou qualquer ideologia.

Data vênica, nunca vi, ou tomei conhecimento que IDEOLOGIA resolvesse os problemas de desenvolvimento de um povo. Sou um gestor incansável à procura de resultados positivos, que se traduzam em qualidade de vida para todos.

Nessa visão, almejamos uma administração que garanta investimentos dos recursos públicos, em face de uma Saúde mais humana, com qualidade de vida e de fácil acesso; uma segurança pública mais presente e resolutiva, que prime também pela defesa da vida; uma Educação com foco na melhoria dos indicadores de aprendizagem, preparando nossos estudantes para o ingresso nas universidades e para a vida; uma cidadania de inclusão produtiva, que priorize as pessoas; um desenvolvimento econômico que gere emprego,

trabalho e renda e assim, estimule a produção e o empreendedorismo, junto a uma gestão ambiental comprometida com a sustentabilidade.

Todos esses caminhos têm em comum o objetivo de tornar o nosso querido Estado de Sergipe, referência para o Brasil, com responsabilidade fiscal e planejamento para a construção de um Estado evoluído e preparado para as futuras gerações.

Juntos, vamos transformar este lugar melhor para todos os seus filhos e os que aqui escolherem, poderão sentir prazer em viver, construir família e prosperar.

Este PLANEJAMENTO de GESTÃO PÚBLICA servirá de modelo para os próximos 4 anos da Administração Pública em Sergipe, responsável por balizar os demais instrumentos de gestão e será a marca do nosso Governo: **MUDAR PARA DESENVOLVER.**

O Planejamento da Gestão deverá ser efetivamente consolidado a partir da experiência acumulada e dos exemplos adotados nas duas gestões que realizamos no grande Município de Itabaiana, obviamente, guardando as devidas proporções. Todavia, se faz necessário ressaltar que encontramos aquele Município convivendo um verdadeiro caos, administrativo, financeiro, econômico e social com dívida de 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais); servidores públicos com 4 meses de salários atrasados; férias, 13º e triênios desconsiderados e, ou esquecidos.

Já no primeiro mês, regularizamos os salários, e a partir dali, cumprimos os pagamentos dos salários sempre em dia, dentro do mês trabalhado. Paulatinamente, fomos solucionando as demais demandas com os servidores, o COMÉRCIO passou a ser aquecido, e, no final do 1º ano de gestão, todas as dívidas com empresas e serviços contratados, estavam quitados. Este é o meu legado como gestor que, pelas bênçãos do Altíssimo e vontade dos sergipanos, adotaremos à frente do Governo do Estado de Sergipe nos próximos 4 anos.

A definição de prioridades deve refletir pragmatismo e exequibilidade, a fim de que novas ações e bons legados sejam entregues, causando impacto positivo relevante para a atual, e próximas gerações.

Outro fundamento deste Planejamento de Gestão nos impõe pensar no bem-estar do cidadão, porque, para mim, GENTE é prioridade, e todas as batalhas que precisam ser vencidas por Sergipe serão construídas a partir de indicadores e metas que impactam diretamente na VIDA DAS PESSOAS.

A harmonia e o respeito com os dois Poderes Constituídos (Legislativo e Judiciário), estendidos às Instituições auxiliares e correlatas como Tribunal de Contas e Ministério

Público, além das indispensáveis relações com as Prefeituras Municipais, representações da sociedade civil organizada, serão pontos inadiáveis e seguidos no nosso Governo.

Cabe ao Estado prover medidas sérias a fim de garantir o cidadão de maior confiabilidade nas instituições, com a adoção de planos de integridade, monitoramento de relações de conflitos de interesses e criação de mecanismos anticorrupção. É preciso melhorar a qualidade da prestação do serviço público.

Seremos referência nacional no enfrentamento à corrupção; vamos reestruturar as principais carreiras e cargos do serviço público com base em tecnologia e em meritocracia; Integrar todos os serviços públicos acessados de forma remota pelo cidadão.

### **Inclusão Social**

O Estado atua de forma a prevenir vulnerabilidades e proteger a população em casos de violações à dignidade humana.

Tudo isso é compreendido como o exercício da cidadania, nas condições necessárias para a plenitude dos direitos fundamentais e sociais. O sistema de prevenção, proteção e promoção de direitos singulariza a atuação estatal desse subeixo. A grande diretriz da Inclusão Social, com foco em Cidadania é composta pelo desenvolvimento de ações para evitar a entrada dos cidadãos no ciclo de proteção social e pela manutenção de vínculos sociais entre família e indivíduos.

A assistência social é um conjunto de ações de proteção básica e especial, distribuídas nos Municípios do Estado de Sergipe e ofertadas por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

Ao longo dos últimos anos, Sergipe tem enfrentado dificuldades no comparativo com as demais unidades federativas, ocupando posições bastante baixas no que se refere aos Cras e aos Creas.

A assistência à população em situação de vulnerabilidade se dá pela ampliação da cobertura dos restaurantes populares, construção e entrega de unidades habitacionais e melhorias de programas de proteção social básica e especial.

A promoção social, com focos na juventude, esporte e qualificação de mão de obra da população assistida, impulsiona a inserção de todos os cidadãos no mercado de trabalho de forma abrangente e direcionada. Deveremos também, ampliar a concessão de bolsas para atletas de alto rendimento.

Todos os temas relacionados ao exercício pleno da Cidadania estão no bojo da Inclusão Social, assim distribuídos: direitos das mulheres com trabalho de inteligência para prevenir crimes de violência, a fim de reduzir atos de feminicídio.

Fortalecer o Centro Estadual de Referência LGBT. Atualizar o Plano Estadual de Políticas em Defesa dos direitos LGBT, fortalecer o conselho e constituir Comitê Gestor da Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBT; Capacitar a juventude para as oportunidades do mercado. Serão tratados como agentes merecedores de cuidados especiais, visando à inserção deles no mercado de trabalho, o mais breve possível.

O Novo Governo consolidará indicadores de monitoramento e redução da violação de direitos contra crianças, jovens, mulheres e estratos sociais discriminados ou vulneráveis.

As mulheres, pela comprovada sensibilidade com as minorias, além da competência indiscutível, o cuidado e compromisso com as finalidades do trabalho, terão espaço garantido no desenvolvimento de políticas públicas a serem implementadas no Governo de Mudanças.

Sergipe precisa criar oportunidades para reduzir desigualdades!

### **Outras ações do futuro governo**

Essas ações, em geral, concentram esforços em diferentes etapas do fluxo do desenvolvimento econômico, com base na atração de investimentos e turistas, desenvolvimento das cadeias produtivas, comercialização de produtos e serviços, melhoria do ambiente de negócios, criação de diferentes cenários para a geração de trabalho e desenvolvimento de tecnologia.

O Desenvolvimento Econômico passa, necessariamente, pela quantidade e fluxo de investimentos que ocorrem no Estado.

Torna-se necessário e fundamental, facilitar o acesso a créditos em favor de empresas já instaladas; incentivar a abertura de novas e oferecimento de melhores serviços aos turistas que nos visitam.

Teremos que atrair mais investimentos para o Estado; aumentar a quantidade de empresas ativas; triplicar o número de empreendedores com acesso ao microcrédito; aumentar a taxa de ocupação dos hotéis e pousadas. As mudanças que desejamos implementar, a partir de 1º de janeiro de 2023, tendo como focos: o trabalho, a criatividade, dedicação e compromisso público, visam elevar o nosso Sergipe a um patamar de destaque entre os Estados mais competitivos do Brasil.

Ter o maior crescimento percentual do PIB entre os Estados do Nordeste e quiçá, entre os que mais cresceram no Brasil, a partir das ações desenvolvidas pelo Governo que vai mudar Sergipe.



## Meio Ambiente e Desenvolvimento com Sustentabilidade

A pauta de conservação do meio ambiente tem sido discutida amplamente nos últimos anos devido às recentes mudanças climáticas originadas pela atividade humana.

O Estado deve promover o uso racional dos recursos naturais disponíveis, a fim de atender às necessidades da atual e futuras gerações, resguardando o fundamento essencial da sustentabilidade.

Apesar de ser o menor Estado do Brasil, a produção agropecuária em Sergipe se destaca em nível nacional.

Além de ser o segundo maior produtor de mangaba do País, nosso Estado também se destaca pela produção de laranja, coco da baía e crustáceos – o que lhe vale o codinome de terra do caranguejo. Também dispomos de importantes investimentos na extração de riquezas minerais nas áreas de petróleo e gás, além de potássio, ureia e calcário, que fazem do Estado um nascente polo de fertilizantes e um dos maiores produtores de cimento do Brasil.

As grandes ações estatais estão centradas na preservação da água, do ar, e do solo, a fim de preservar as gerações atuais e futuras, no tocante a danos irreversíveis.

A consolidação do Plano Estadual de resíduos sólidos, o mapeamento da disponibilidade hídrica para recuperação de mananciais e o oferecimento de ações concretas na contenção das mudanças climáticas, são ações habilitadoras dessas melhorias na sustentabilidade ambiental. É objetivo do novo Governo viabilizar entendimentos com Executivos Municipais visando o aumento de novas áreas que possibilitem espaços para destinação adequada de resíduos sólidos; consolidar os instrumentos de gestão dos recursos hídricos no Estado e reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) serão passos importantes e decisivos para preservação e o desenvolvimento ambiental sustentável.

A economia sergipana tem forte amparo nas atividades agropecuárias, onde sobressaem os cultivos do coco na faixa litorânea; do arroz nas várzeas alagadas do Rio São Francisco; da cana de açúcar na zona da mata; do fumo; da laranja, da mandioca, batata doce na zona do Agreste, e do algodão na Região sertaneja do Rio São Francisco.

No setor industrial, as indústrias do petróleo, o setor têxtil, o da construção civil e da agroindústria açucareira que, nos últimos anos, sofreu razoável queda, mas ainda é classificada com destaque.

Promover a Regularização da Terra para aqueles que querem trabalhar, será um ponto a ser tratado pelo nosso Governo junto ao Incra, a fim de oficializar a propriedade rural de quem trabalha, produz e sobrevive da terra.

Essa ação se constitui numa bandeira habilitadora para o aumento da produção do agronegócio e da economia, visto que os proprietários passarão a ter mais acesso a créditos para alavancarem seus negócios e assim, gerarem mais empregos e renda.

## **INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO**

O esforço aplicado na elaboração do Plano Estratégico de Planejamento e Gestão cria real impacto para o bem-estar dos cidadãos quando é implantado com ideais e ações transformadas em realidade e transparência. Por isso a parte crucial de qualquer Planejamento está na institucionalização da estratégia, com a aplicação de metodologias de governança definidas por meio de métodos, ritos e ferramentas inteligentes, no dia a dia da Gestão. O núcleo central da governança estratégica passa por dois 2 principais componentes:

**1.** Comitê de Soluções para Melhoria e Alcance de Resultados com pontos focais responsáveis pelo acompanhamento da estratégia de cada órgão e entidade do setor público.

**2.** O Conselho Estratégico de Planejamento e Governança, formado pelos principais atores do núcleo central de Gestão do Estado. Será formada a equipe cuja principal responsabilidade é o acompanhamento das iniciativas estratégicas, por meio do monitoramento do Sistema de Gestão de Projetos Prioritários e dos demais painéis de acompanhamento da estratégia junto a seletos grupo composto por personalidades do Governo e das Universidades de Sergipe, para atualizações, e ou, ajustes no plano estabelecido.

Em resumo, o Conselho Estratégico de Planejamento e Governança deverá possuir os seguintes objetivos: avaliar, a partir das prioridades e análises de cruzamentos das variáveis, quais as iniciativas governamentais que requerem maior foco estratégico no momento? Identificar e garantir a informação transparente e célere das principais ações da administração pública; promover a efetividade da gestão fiscal e uniformizar procedimentos de planejamento/entidade.

O citado Conselho de Planejamento e Governança irá atuar para deliberar sobre possíveis impasses na estratégia e na garantia da execução fiscal e orçamentária das prioridades (realocação de orçamento e acionamento de outras demandas emergenciais), etc.

- Coordenar as ações de governo de forma eficaz;
- Implementar o Plano Estratégico Institucional em todos os órgãos e Entidades do Estado;
- Adotar visitas e acompanhar in loco a funcionalidade da Gestão: (Secretarias, Empresas, Autarquias, Fundações) e demais órgãos vinculados ao Governo do Estado, nos moldes estabelecidos e determinados pelo futuro Governador Valmir de Francisquinho.

Garantir o equilíbrio das contas públicas é primordial para a execução do Planejamento e exemplar modelo de Gestão. Para isso, teremos que:

- 1.** Aumentar o investimento próprio;
- 2.** Implantar e estruturar a central de captação de recursos do Estado;
- 3.** Aumentar a autonomia fiscal;
- 4.** Aumentar a utilização de cada fundo, respeitando a LRF.
- 5.** Aumentar a eficiência e a qualidade da prestação dos serviços públicos com uso de tecnologia.
- 6.** Reestruturar as principais carreiras e cargos do serviço público;
- 7.** Integrar todos os serviços públicos e torná-los facilmente acessáveis de forma remota ao cidadão; Isso é Transparência!
- 8.** Ser referência nacional no enfrentamento à corrupção;
- 9.** Implementar Plano de Integridade em todos os órgãos/secretarias do Estado;
- 10.** Ser referência em transparência em nível nacional.

### **3.7 Sustentabilidade Ambiental e Direito ao Futuro**

Em 1987, por meio do relatório Relatório Brundtland (1987), intitulado Nosso futuro comum, foi inserido nas análises do desenvolvimento econômico da humanidade, a necessidade de avaliar a capacidade de suporte do planeta, frente às necessidades de consumo da sociedade humana. Desde então, percebemos que as necessidades do presente têm como fator limitante o comprometimento do atendimento às necessidades das futuras gerações. Portanto, ao incorporar no conceito de desenvolvimento econômico a dimensão da sustentabilidade, com conseqüente melhora na qualidade de vida, ocorre a celebração de um compromisso entre gerações. A esse compromisso denominamos desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista da legislação, a Constituição Federal materializou esse compromisso em seu artigo 225: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Dessa forma, ter responsabilidade quanto a gestão ambiental do Estado de Sergipe, além de compromisso moral, também reflete o fiel cumprimento dos preceitos constitucionais.

Com o avanço do tempo, foram aprimoradas as estratégias para alcançar melhores níveis de desenvolvimento sustentável. Com essa finalidade, as organizações das Nações Unidas (ONU) estabeleceram os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que resultam em um clamor global para erradicação da pobreza, proteção do meio ambiente e do clima, visando garantir a paz e a prosperidade para as pessoas, em todos os lugares do planeta.

Para organizar esses ODS, foi formulada a agenda 2030 que consiste em um plano de ação e metas, vinculadas aos 17 ODS, norteando a promoção de uma vida digna a todos, respeitando a capacidade de suporte do planeta e sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações.

Portanto, com base na carta magna do Brasil e na necessidade de atender aos ODS, foram aglutinadas as contribuições de Secretários municipais do meio ambiente, de empreendedores, consultores ambientais e pesquisadores do tema para apresentar neste Plano de Governo propostas concretas e exequíveis capazes de melhorar a gestão ambiental e implementar, de fato, o desenvolvimento sustentável no Estado de Sergipe.

Dessa forma, levantamos os principais problemas vinculados à Sustentabilidade e Direito ao Futuro definindo as soluções pertinentes em cada caso.

### **3.7.1 Estrutura Administrativa do Meio Ambiente em Sergipe**

A extinção da Secretaria do meio ambiente, em 2019, fundindo sua organização com a Secretaria da Infraestrutura, responsável pelas obras no Estado, fez surgir a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (Sedurbs). Esse fato aglutinou sob o comando de um único secretário a definição da necessidade das obras, sua determinação de implantação e o órgão licenciador (Adema). Esse arranjo fere a imparcialidade e a autonomia da decisão de autorizar ou indeferir a emissão de licenças ambientais.

Solução:

Recrutar a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, proporcionando uma melhor divisão institucional, permitindo maior interação entre as instituições do Sisnama e adequada transparência e imparcialidade no licenciamento, fiscalização e controle ambiental de Sergipe.

### **3.7.2 Licenciamento Ambiental**

O sistema de licenciamento e outorga é lento, burocrático, apresenta condicionantes discrepantes dos empreendimentos e uma relação deficiente com órgãos de outras instâncias envolvidos no licenciamento. Além disso, existe uma insegurança decorrente de sucessivas judicializações de processos de licenciamento em empreendimentos significativos para o Estado de Sergipe. (aterros sanitários, Fotovoltaica, loteamentos)

Solução:

Implantar a gestão digital de documentos na Adema, gerando maior controle, transparência e eficiência no licenciamento ambiental de Sergipe.

Estruturar e capacitar os Municípios para licenciamento;

Melhorar a integração entre condicionantes de diferentes licenciamentos e as políticas públicas do Estado;

Aprimorar o foco nas relações institucionais para criar relacionamento, vínculo de confiança e maior interação com os órgãos envolvidos no licenciamento

### **3.7.3 Saneamento Básico - Coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos**

Sergipe permanece com lixões ativos, havendo apenas um aterro devidamente licenciado.

Solução: Revisar e regularizar os processos de licenciamento ambiental dos aterros em curso na Adema e incentivar a organização dos catadores de lixo.

### **3.7.4 Saneamento Básico – Água e Esgoto**

Segundo levantamento do BNDES, em dezembro de 2021, Sergipe possuía 85,98 % de cobertura de abastecimento de água e 20,97 % de atendimento a tratamento de esgoto.

Solução: Prestar apoio na elaboração dos planos municipais de Saneamento Básico e na implementação dos planos elaborados na região do baixo São Francisco.

#### **3.7.4.1 Gestão dos recursos hídricos e saneamento básico**

Embora na atual estrutura institucional, a Gestão de Recursos hídricos, assim como o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, sejam realidades absolutas, muito ainda há para fazer a fim de tornar-se uma gestão que transite bem com a sustentabilidade. A gestão de bacias hidrográficas é um modelo que precisa ser perseguido e alcançado.

Urge por uma administração integrada que ultrapasse fronteiras políticas que possibilitem o uso dos recursos para promover técnicas inovadoras visando à sustentabilidade.

Ações do futuro Governo na Gestão Hídrica e no Saneamento Básico:

É pensamento do futuro Governo, a criação de duas ou três novas ADUTORAS, a fim de captar, armazenar e bem adequar a distribuição de água para regiões que ainda sofrem sem o líquido precioso em suas residências e propriedades. Além disso, vai implementar programas de operação e manutenção para monitoramento da segurança, funcionalidade e qualidade das barragens em parceria com o setor privado;

garantir o mapeamento/regularização de poços artesianos existentes e o controle da captação de águas subterrâneas para viabilizar a sustentabilidade dos aquíferos do Estado; fortalecer os comitês de bacias hidrográficas, estimulando a participação da sociedade civil; elaborar projetos de revitalização dos rios; implementar política estadual de Saneamento Básico; estabelecer parcerias com os Municípios na elaboração dos planos municipais de saneamento básico; estabelecer modelo de gestão com participação dos Municípios para assegurar o fornecimento de água de qualidade para a população; garantir oferta de água para áreas urbanas e rurais a partir da gestão integrada de sistemas de adutoras, tecnologias alternativas de captação e armazenamento de águas pluviais, construção de pequenas barragens e captação sustentável de água subterrânea (Poços Artesianos).

Elaborar e implantar a Política Estadual de Gestão dos Resíduos Sólidos; assessorar e orientar os Municípios para a gestão de resíduos sólidos, com o objetivo de executar ações de controle da disposição final dos resíduos; orientar os Municípios na implantação de sistemas simplificados de tratamento de esgotos sanitários; fortalecer atividades de educação ambiental junto às escolas públicas estaduais e conselhos territoriais de

desenvolvimento. Este é o nosso Modelo de Planejamento e Gestão Pública para o Estado de Sergipe, elaborado de acordo com as características atualmente existentes, considerando os principais Eixos Temáticos desenvolvidos no Plano/Programa de Governo para vigorar, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026, já em processo de finalização a fim de ser submetido aos técnicos, profissionais das diferentes categorias e áreas, assim como, à sociedade em geral, visando colher novas sugestões para nortear o Governo do Pré-candidato Valmir de Francisquinho, fundamentado nas Mudanças que o povo sergipano almeja e merece.

### **3.7.5 Regularização da produção animal (Queijarias e Matadouros)**

Empreendimentos voltados a atividade da bacia leiteira do Sertão e ao abate de carnes de bovinos estão fechados ou com atrasos no licenciamento em razão de falta de tratativa para regularização sanitária e ambiental, acarretando perda de milhares de empregos no setor.

Solução: Implementar grupo de trabalho para regulamentar as queijarias e matadouros regularizando as questões sanitárias e ambientais em apoio aos Municípios.

### **3.7.6 Cobertura Florestal**

O segmento florestal está desestruturado, pois a legislação estadual não está em sintonia com o novo Código Florestal. O aumento do desmatamento ilegal, sobretudo em áreas de mata atlântica, vem configurando perdas expressivas de cobertura florestal no Estado de Sergipe.

Solução: Fortalecer o Programa ARBORIZAR-SE e modernizar o mecanismo de pagamento por serviços ambientais como forma de induzir à recuperação de ecossistemas frágeis e a recuperação de áreas degradadas;

Incentivar o valor econômico das florestas, estimular a criação do mercado florestal e harmonizar o cumprimento do Código Florestal Brasileiro com a geração de renda.

### **3.7.7 Áreas Especialmente Protegidas**

O Estado de Sergipe tem parte de seu território configurado como unidade de conservação da natureza, todo o litoral (APA SUL, APA Norte e REBIO), e no Interior (Flona do Ibura, PARNA Serra de Itabaiana, MONA Grota do Angico, Mona do São Francisco e RVS Mata do Junco) entretanto existe uma precariedade na gestão dessas áreas afastando a função de proteção ecológica pertinente às áreas especialmente protegidas, implicando impedimentos para o desenvolvimento pleno das suas aptidões.

Solução: Fazer um plano estratégico de ocupação do litoral de Sergipe para determinar o limite de capacidade e a viabilidade socioeconômico e ambiental para instalação de projetos de ecoturismo, comércio e serviços compatíveis com a aptidão do litoral sergipano.

Apoiar junto ao Governo Federal a realizar concessão de serviços de uso público no Parque da Serra de Itabaiana aprimorando o ecoturismo;

Otimizar a atividade turística no MONA da grota do Angico e do São Francisco

### **3.7.8 Complexo Industrial Portuário de Sergipe (CIPS) e Distritos Industriais**

O Cips foi criado por meio da Lei no 8.569, de 2 de setembro de 2019, com objetivo de incentivar o desenvolvimento econômico e a geração de empregos na região em que está localizado, nos Municípios de Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas, Laranjeiras e Maruim. Entretanto os seus limites não foram regulamentados, não sendo instalada nenhuma nova indústria na região desde a publicação da lei.

Solução:

Regulamentar por decreto a criação do Cips.

Realizar avaliação ambiental estratégica visando determinar a viabilidade ambiental prévia para a instalação dos empreendimentos no CIPS e nos distritos industriais de Socorro, Estância e Tobias Barreto.

Realizar rito de licenciamento ambiental diferenciado para empreendimentos dentro dos distritos industriais.

### **3.7.9 Energias Renováveis**

As mudanças climáticas são uma realidade global que impõe a redução do consumo de energia proveniente de fontes fósseis.

Solução: incentivar e apoiar a implementação de empreendimentos com fontes renováveis como Eólica, Fotovoltaica e Hidrogênio verde.



### 3.8 Inovação Tecnológica

- Ampliação e melhor distribuição dos recursos FUNTEC buscando o fortalecimento do sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação (CT&I);
- Ampliação das ações de fomento à pesquisa e à inovação através da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec/SE), criando financiamento para as áreas estratégicas para Sergipe: Energias renováveis, Agroindústria, Tecnologias Sociais, Saúde, Desenvolvimento Sustentável, Educação, Segurança Pública e Tecnologias de Futuro;
- Inserir a área de inovação em uma secretaria como “secretaria de desenvolvimento econômico e inovação” disseminando metodologias e resultados afetos à inovação, à simplificação, à gestão de processos e à modelagem organizacional, contribuindo para a promoção da cultura de inovação no Estado;
- Criação de um programa de apoio à interação governo - IES e IES - empresas: junção de ações entre Governo, IES e empresas para inserção de produtos e processos inovadores no mercado sergipano, compartilhando os riscos financeiros do processo de inovação entre empresas e governo, mas tendo um envolvimento do setor empresarial em PD&I para simplificação de processos e serviços do governo e inserção do setor empresarial no desenvolvimento tecnológico em parcerias com as IES;
- Associar a Inovação a Sustentabilidade e Tecnologia – Criar um Programa Integrado de soluções inovadoras para Sergipe nas áreas de: saneamento básico, tratamento de esgoto, gestão e inovação na TI, fruticultura inteligente irrigada, comércio, transporte, venda de crédito de carbono (CC). Assim, Sergipe será pioneiro na venda de CC, por exemplo, transformando em título e vender para o Brasil ou outros países.
- Estímulo à criação de estruturas como Centros de Inovação e articulação para criação da rede sergipana de inovação fortalecendo a cultura empreendedora e o ecossistema inovador do estado para contratação de Startups com custos menores para a máquina pública. Além de fortalecer o empreendedorismo, traria benefícios para o governo;
- Estímulo ao desenvolvimento de ecossistemas de inovação para indução de empresas e produtos de base tecnológicas: Startups, Spin-Off, entre outros.

### **3.9 Infraestrutura e Mobilidade**

A infraestrutura e mobilidade é algo essencial para que a economia de um Estado se desenvolva da melhor forma possível. E aí temos que tratar o tema de diversas formas: por meio da infraestrutura industrial, de transportes, de saneamento, de construção civil, estradas, pontes, infraestrutura urbanística, infraestrutura habitacional, rede de esgoto, fornecimento de água potável nas áreas ainda não contempladas e nas localidades em que o precioso líquido só existe três ou quatro horas por dia. Vê-se, portanto, que a Infraestrutura está inteiramente ligada com INVESTIMENTO público, a fim de oferecer boa qualidade de vida à população. Dos 26 Estados e o Distrito Federal, Sergipe ocupa a 20ª pior colocação em Investimentos. O Estado que não investe, não produz emprego, nem gera renda para o seu povo. Essa situação será tratada com o cuidado que todo bom gestor deve ter.

É função estratégica do governo pensar em ações de planejamento estruturantes para garantir a transformação do estado por meio da atuação na área de infraestrutura de transporte e mobilidade, assim como nas obras portuárias, ferroviárias, aeroviárias, ciclovias e de pedestres. Também é importante destacar os seguintes pontos:

I - implementar políticas para a infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas do Estado, por meio das quais serão realizados a administração, o planejamento, projetos, construções, reconstruções, restaurações, melhoramento, conservações, operações, manutenções, adequações de capacidade e ampliações da infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de interesse do Estado,

II- definir padrões, normas, diretrizes e especificações técnicas para a execução de estudos, projetos, planos, programas, construções, conservações, restaurações, reconstruções, melhoramento, ampliações e operações voltadas à infraestrutura de transportes, de edificações e de obras hidráulicas de interesse do Estado;

III- regulamentar, autorizar, fiscalizar, controlar e administrar as ocupações de terrenos e edificações por terceiros, a construção de acessos e o uso de travessias de qualquer natureza em áreas de domínio do Estado;

IV- exercer o controle direto ou indireto do trânsito e de outras atividades correlacionadas à operação das rodovias sob a jurisdição do Estado;

V- delimitar, para fins de declaração de utilidade pública, bens imóveis a serem desapropriados para implantação de empreendimentos do Estado;

VI administrar, coordenar, elaborar e executar convênios de delegação de encargos, firmados com a União ou com os Municípios do Estado, de que resultem estudos, projetos, planos, programas, construções, conservações, restaurações, reconstruções, melhoramento, ampliações e operações da infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas situados no Estado; Para efeitos do planejamento na área de infraestrutura e mobilidade, é importante considerar os dados gerais da econômica e do potencial do estado de Sergipe:

- Queda Acentuada na Produção de Petróleo e Gás natural
- Diminuição do Valor Gerado pela Geração de Energia Hidrelétrica
- Estruturação da Geração de energia Termoelétrica (Celse)
- Falta de Regulamentação do Complexo Industrial Portuário de Sergipe -Cips
- Perda de Investimentos na Indústria de cimento (Apodi/CSN)
- Diminuição da Produção Agrícola em razão de período de estiagem
- Baixa Produção na Pesca
- Ampliação da Produção de Camarão (viveiros)
- Litoral Paralisado por impasses Jurídicos/ambientais
- O Município de Canindé do São Francisco, dependendo de maior estruturação de atrativos para manutenção do Turista por ao menos 3 dias na região
- Manutenção de Lixões, apenas 1 aterro sanitário em operação.
- Baixa ampliação da cobertura de tratamento de esgoto no Interior do Estado
- Algumas ações propostas no Plano de Desenvolvimento da SUDENE, no Plano de

Desenvolvimento do Estado 2020-2030 e no PPA 2020 -2023 merecem destaque para aprofundar a discussão e planejamento:

- Implantar centro de desenvolvimento regional de leite e derivados no Município de Nossa Senhora da Glória/SE
- Duplicar a BR 235 no trecho entre Aracaju e Itabaiana, Estado de Sergipe;
- Concluir as obras de duplicação da BR 101 no trecho não duplicado no Estado de Sergipe;
- Solicitar a pavimentação de toda a extensão da BR 349, com a interligação dos Estados de Goiás, Bahia e Sergipe.
- Interligar o modal ferroviário entre a Ferrovia Centro-Atlântica e o terminal marítimo Inácio Barbosa
- Construir ponte sobre o Rio São Francisco para interligar os Municípios de Penedo/AL e Neópolis.
- Apoiar a elaboração de modelagem para parcerias público-particulares destinadas à Modernização e à ampliação do Terminal Marítimo Inácio Barbosa no Estado de Sergipe.
- Construir a Ponte Tancredo Neves – Coroa do Meio, no Município de Aracaju, no Estado de Sergipe.
- Implantar esgotamento sanitário em todas as sedes municipais do Estado de Sergipe.
- Viabilizar as tratativas com a CSN para implantação de Fábrica de Cimento em Maruim/SE
- Situação atual: Contrapartida de R\$ 120 milhões para um investimento de R\$ 1 bilhão, não aceita pelo governo no Protocolo de Intenções, implementação parada.
- Viabilizar a implementação Usina Fotovoltaica em Canindé do São Francisco 1,2 GW - R\$ 5 bilhões em investimento.

**Situação atual:**

- Solicitação de suspensão das licenças ambientais pelo ICMBio por falha da Adema no procedimento do Licenciamento Ambiental
- Otimizar a distribuição e o valor do Gás Natural Liquefeito a partir da interligação da Celse com Gasoduto da TAG
- Incentivar o retorno do Projeto Carnalita e a implantação do polo de fertilizantes
- Incentivar a implementação de refinaria e de Polo de tancagem na Barra dos Coqueiros
- Instalar tanque rede para tilápia e tambaqui nos reservatórios da Deso e às margens do São Francisco
- Otimizar a produção dos perímetros irrigados, com foco nas 10 maiores culturas cultivadas
- Regularização ambiental e sanitária das queijarias e abatedouros
- Alargamento Praia do sacco
- Revisão das áreas de Preservação Ambiental
- Incentivar a implementação de complexo hoteleiro no litoral Norte e Sul
- Criar Rota de navegação de Canindé à Foz do São Francisco
- Regularizar os processos de aterros sanitários vigentes
- Ampliar a cobertura das cooperativas de coleta seletiva
- Implantar os Planos Municipais de Saneamento Básico no Baixo São Francisco

## **AÇÕES DE INFRAESTRUTURA PARA SERGIPE**

- Duplicação da Rodovia Estadual SE-240 à BR-101 (Porto de Sergipe - Barra dos Coqueiros – Santo Amaro – Maruim). Importante Polo Industrial.
- Finalização de todas as rodovias estaduais iniciadas e não entregues. Exemplo Itaporanga D'ajuda/Itabaiana; Pirambu/Pacatuba.
- Melhoria de sistema de drenagem urbana das cidades.
- Áreas de risco/problemáticas com implantação de medidas mitigadoras e compensatórias combinadas com urbanização: criação de áreas de lazer em lagoas de retenção. Exemplo: Melhoria drenagem pluvial de Itabaiana (Açude da Marcela). Caminho da Lagoa (Aquidabã), entre outros.
- Cobrar a duplicação da BR 235 (Aracaju/Itabaiana), junto ao Governo Federal.
- Resolução dos problemas de drenagem dos alagamentos em períodos chuvosos em pontos críticos da capital.

## **MOBILIDADE URBANA**

- Construção da Rodovia ligando a BR-101 à Zona de Expansão.
- Construção da Rodovia ligando a Zona Norte à Zona de Expansão.
- Construção de uma ponte ligando a Av. Tancredo Neves com os Bairros Coroa do Meio e Atalaia, criando um novo corredor de acesso.
- Duplicação da Rodovia que liga o Bairro Aruana ao Mosqueiro.
- Implementação da Avenida Perimetral Sul, ligando o Bairro Santa Gleide ao Mosqueiro. A partir dessa nova avenida, seria criado o Bairro Novo (conforme projeto de João Alves Filho), passando pela Jabutiana, Zona de Expansão até o Mosqueiro.
- Implementação da Linha Azul, ligando a BR-101 à Rota de Fuga no Bairro Aeroporto.

- Planejar a criação de um anel viário com galpões para reduzir o trânsito de veículos de grande porte dentro da grande Aracaju.

## **TRANSPORTE INTERMUNICIPAL**

- Participação no Consórcio da Região Metropolitana para coordenação e planejamento da licitação do transporte público na Grande Aracaju via Agrese.
- Com o melhoramento das rodovias estaduais, realizar o disciplinamento do transporte intermunicipal.
- Desenvolvimento da política do bilhete único e uso do cartão de passagem para o transporte intermunicipal.

## **TRÂNSITO**

- Reativação da escola pública de trânsito do Detran, favorecendo às pessoas de baixa renda a emissão da CNH.
- Modernização do Detran com aquisição de novas tecnologias, dando maior segurança, transparência e agilizando todos os procedimentos.
- Videomonitoramento das vias estaduais para prestar segurança aos usuários das vias, reduzindo a quantidade de assaltos a ônibus e o tráfico de drogas e armas.
- Inserir o Detran e o DER no Comitê de Assuntos Financeiros da Área de Trânsito (Confitran), possibilitando a transferência de mais recursos financeiros para os dois órgãos, com a aplicação desse dinheiro na melhoria do transporte e trânsito de Sergipe.

### **3.10 Observatórios Sociais e Integração de Políticas Públicas**

Observatórios Sociais se constituem como estrutura consultiva do Estado de Sergipe que tem por missão elaborar, instituir e acompanhar programas e políticas públicas que, de forma integrada, consolidem e ampliem a relação entre o governo e a sociedade sergipana. Os Observatórios Sociais são um espaço de integração de pessoas, conhecimentos e práticas, estando voltados para o entendimento e a resolução de problemas e demandas sociais.

O Observatório Social do plano de governo Sergipe que merecemos será um órgão consultivo de assessoria do Estado de Sergipe e terá por missão elaborar, instituir e acompanhar programas e políticas públicas, de forma integrada, para consolidar e ampliar a relação entre a gestão e a sociedade sergipana. Será um espaço de integração de pessoas, conhecimentos e práticas, sendo voltado para o entendimento e a resolução de problemas sociais.

Os Observatórios Sociais deverão cumprir os seguintes objetivos;

- fortalecer o intercâmbio com organizações da sociedade, estabelecendo mecanismos de troca de experiências e informações;
- criar canais de interlocução entre o governo e a sociedade, para que a gestão absorva as demandas comunitárias na elaboração, implementação e acompanhamento de ações de governo;
- intensificar a interação da gestão com o setor produtivo, com a comunidade local e com os segmentos populares a partir do levantamento de demandas e da elaboração de projetos e programas;
- produzir diagnósticos e ações para a solução de problemas sergipanos, com a melhoria da qualidade de vida, com a preservação do meio ambiente e com a busca do desenvolvimento com sustentabilidade.
- Estruturar-se a partir de um Fórum de Integração de Secretarias que também funciona como Conselho Consultivo.



- Assim sendo, é uma instância consultiva voltada para a produção das demandas que serão consideradas como eixos temáticos para a elaboração dos projetos a serem executados pelas Secretarias. Constituem-se num espaço de discussão aberto aos órgãos ou instituições públicas ou particulares da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos comuns. As demandas devem partir de órgãos representativos de classe, de estudantes, empresas, instituições, governos e movimentos sociais organizados ou por unidades administrativas da sociedade sergipana..

### **3.11 Economia Criativa: cultura, esporte, turismo, lazer e economia digital**

O Estado de Sergipe tem grande potencial para crescer e avançar em direção a economia do conhecimento e da criatividade. A economia criativa faz parte da realidade e das estratégias de crescimento socioeconômico dos países desenvolvidos e daqueles em desenvolvimento, principalmente nas ações de Estado por meio das políticas públicas incentivando a criatividade, os modelos de negócio e as atividades empreendedoras, dos serviços, das tecnologias e das artes. O Plano de Governo prevê a criação do Programa Cidades Criativas que será estruturado a partir de integração de políticas públicas e compartilhada entre gestão estadual, as empresas e as organizações sociais de forma a abrigar as atividades da indústria criativa levando em consideração a indústria criativa local integrado com o Poder Executivo Municipal.

O esporte deve ser considerado uma ação importante nas políticas o que permitem ampliar a qualidade de vida das pessoas e integrar as ações por meio do fomento e formação integral do jovem, reduzindo a evasão escolar, fortalece a cidadania e inclusão social.

Conhecemos por “economia criativa” o conjunto de atividades e ações advindas da cultura, tecnologia e criatividade. Podemos dizer, então, que, dentro do setor econômico, a economia criativa está relacionada à produção, distribuição e criação de bens e serviços criativos.

A crise climática já é realidade em diversas partes da terra, para tanto, exige soluções criativas de diferentes setores, como a geração de energia e fabricação de produtos e bens de consumo que não agridam o meio-ambiente. No Brasil, os postos de trabalho dentro da economia criativa só crescem, e as áreas que mais empregam são: arquitetura, engenharia, design, moda, publicidade, música, cinema, comunicação, games, televisão e artes visuais.

A economia criativa tem como objetivo utilizar tecnologia, inovação, cultura, sustentabilidade e criatividade para impactar e desenvolver a sociedade de forma positiva.

#### **Turismo e economia criativa, uma soma estratégica**

As duas atividades, admitindo-se que são distintas, apresentam taxas de crescimentos superiores às da economia brasileira em geral. O turismo cresce a 7,7% a.a. no Brasil, e a

Economia Criativa cresceu 6,9% a.a. entre 2004 e 2013, segundo levantamento da FIRJAN (Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro). Representando algo em torno de 2,1 % do PIB. Nesses 10 anos, o PIB brasileiro cresceu mais de 3,0% ao ano.

O turismo está em quinto lugar na pauta das exportações brasileiras. Somente suas atividades típicas e diretas na hotelaria, no transporte, gastronomia, organização de viagens, eventos significam 3,7% do PIB. Emprega 2,9 milhões de trabalhadores. Isso sem contar com o que representa na indução a outras atividades, como construção civil (hotéis, centros de convenções), compra de televisores, computadores, enxovais, que são contabilizadas pelo IBGE nas contas específicas da construção civil, eletroeletrônicos e confecções.

Os "setores criativos" são aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo, gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social", como diz o Plano de Economia Criativa.

Não creio que haja algo mais cultural e economicamente criativo que uma viagem. E é isso que, basicamente, a viagem como centro gerador da atividade turística proporciona: novos conhecimentos, vivências, novos descobrimentos, sensações de prazer e de crescimento cultural.

A diversidade cultural, aliás, é um dos maiores ativos do turismo.

Economicamente, a fruição cultural, mesmo do turismo chamado de massa, tem contribuído para ampliar e fortalecer os museus, as casas de espetáculos, o patrimônio natural, o artesanato, as novas experiências culturais, a música, a dança, o teatro.

A elaboração de um roteiro, a criação de um filme para um destino turístico, os criativos sites de viagens com intensa troca de experiências, a criação de marcas que sintetizam e traduzem a força cultural, a beleza o encantamento de uma cidade ou um país, não são, porventura, atos criativos que "resultam em produção de riqueza cultural, econômica e social"?

É muito importante a constatação de que a simples soma dos PIB sem contar o efeito impactante do Turismo com 3,7% e da Economia Criativa com 2,7% representam, juntos, 5,8% do PIB (Produto Interno Bruto), empregando mais de quatro milhões de pessoas com rendimentos salariais e taxas de crescimento econômico muito superiores à média da economia brasileira.

A soma talvez possa contribuir também para que os governos estaduais, municipais e, especialmente, o Governo Federal, é preciso abrir os olhos e perceber que a Economia Criativa e o Turismo podem vir a ser um vetor estratégico da economia.

É preciso considerar o TURISMO dentro da ECONOMIA CRIATIVA como ferramenta estratégica, e se estabeleçam incentivos e políticas públicas semelhantes aos que são dados às exportações, à indústria, à agricultura e à geração de energia.

### **ATRIBUIÇÕES DA ECONOMIA CRIATIVA**

I - Mapear as formas de geração de renda através do trabalho Criativa no Estado, com base no **diagnóstico de tendências** dos Municípios, com foco nas aptidões e fatores locais.

II- Elaborar um Plano Estadual de Economia Criativa é Promover o enquadramento de Projetos de leis já existentes nas diversas esferas governamentais e apresentar sugestões de novos projetos;

III- Promover a interação entre os órgãos que compõem a Administração, suas divisões, seções e serviços, como também com as demais Unidades do Governo, de forma a permitir o melhor desenvolvimento das atividades e a interação institucional;

IV- Formular, implementar e acompanhar as políticas públicas de incentivo aos negócios ligados ao setor de economia criativa, compatibilizando o desenvolvimento socioeconômico, com a garantia de sustentabilidade, inclusão social e valorização da diversidade cultural do Estado.

V- Fomentar a economia criativa do Estado; acompanhar, fortalecer e potencializar as iniciativas de Economia Criativa no âmbito estadual com o objetivo de aumentar a capacidade de gerar trabalho e renda;

VI- Estabelecer parcerias e convênios de cooperação técnica com instituições em âmbito Regional, nacional e internacional;

VII- Constituir comitês para a interação entre as divisões da estrutura organizacional e criar grupos de trabalho, comissões especiais em caráter permanente ou transitório, para fins de

estudos ou de execução de atividades específicas de interesse da população;

VIII- Realizar formação continuada na área de Economia Criativa através de fóruns, congressos, oficinas, palestras, entre outros.

IX- Colaborar para a tramitação de contratos e convênios necessários à realização das suas atividades, mediante participação nas negociações, fornecimentos de informações e obtenção de autorizações;

X- Atuar em parceria com a sociedade civil e as entidades de mercado dotadas de responsabilidade social, sem fins lucrativos, e ou, político-partidários.

Portanto, Economia Criativa é aquela que coloca a **criatividade** como fator central para definir a inclusão de novos serviços e produtos numa comunidade que pensa em se desenvolver, buscando trabalho para gerar renda. Esse novo mercado que já se tornou realidade no mundo da **inovação e criatividade** e está presente nos mais diferentes ramos, e ajuda a encontrar soluções para vencer desafios em qualquer área. É, sem dúvida, um caminho a ser analisado com cautela e perseverança por técnicos do Governo, conhecendo in loco as realidades de cada Estado e, ou Municípios para, enfim, estabelecer experiências que possam se traduzir em alternativas para se criar trabalho e renda.



## **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Plano de Governo apresentado para população do Estado de Sergipe demonstra a importância de planejar as políticas públicas de maneira integrada e socialmente articuladas com os anseios e necessidade da GENTE sergipana.

Após a vitória do povo por meio da sua manifestação nas urnas de maneira democrática e participativa, formarei uma equipe técnica para transformar o referido documento em um Programa de Governo para os próximos quatro anos, capaz de transformar verdadeiramente o Estado de Sergipe em um espaço de oportunidades e desenvolvimento econômico e social.

O Brasil é um país multicultural e diverso, que, ao investir em economia criativa, apresentará novas possibilidades.

O futuro Governo, fundamentado em MUDANÇAS de conceitos e ações, deverá estabelecer como propósito a criação de equipe de técnicos para visitar Estados co-irmãos e grandes Municípios que estejam implantando ou já implantado o processo criativo. No contexto de busca por conhecimentos, novas propostas e experiências bem sucedidas, deverão ser bem analisadas, e, possivelmente, testadas no que concerne o perfil de potencialidades do nosso povo.

O objetivo final será sempre a criação diversificada de novas alternativas para gerar Trabalho, Emprego e Renda.